



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE COMUNITÁRIA

LUDMILA DE NERES SOUZA

**PERCEPÇÃO COMUNITÁRIA SOBRE PROBLEMAS AMBIENTAIS E SAÚDE EM
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA ILHA DE MARÉ: UMA PERSPECTIVA
RACIALIZADA**

SALVADOR

2023

LUDMILA DE NERES SOUZA

**PERCEPÇÃO COMUNITÁRIA SOBRE PROBLEMAS AMBIENTAIS E SAÚDE EM
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA ILHA DE MARÉ: UMA PERSPECTIVA
RACIALIZADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva (PPG-ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Saúde Comunitária.

Área de concentração: Ciências Sociais em Saúde

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Leny Bomfim Trad.

SALVADOR

2023

Ficha Catalográfica
Elaboração Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

S729p Souza, Ludmila de Neres.

Percepção comunitária sobre problemas ambientais e saúde em territórios quilombolas na Ilha de Maré: uma perspectiva racializada / Ludmila de Neres Souza. – Salvador: L.N. Souza, 2023.

74 f.

Orientadora: Profa. Dra. Leny Alves Bomfim Trad.

Dissertação (Mestrado) - Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia.

1. Meio Ambiente. 2. População Quilombola. 3. Percepção. 4. Racismo. 5. Saúde. I. Título.

CDU 326



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Saúde Coletiva
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

LUDMILA DE NERES SOUZA

**PERCEPÇÃO COMUNITÁRIA SOBRE PROBLEMAS AMBIENTAIS E
SAÚDE EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA ILHA DE MARÉ: UMA
PERSPECTIVA RACIALIZADA**


A Comissão Examinadora abaixo assinada aprova a Dissertação, apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

Data de defesa: 26 de outubro de 2023

Banca Examinadora:


 Documento assinado digitalmente
CLARICE SANTOS MOTA
Data: 16/11/2023 15:35:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Clarice Santos Mota – ISC/UFBA

 Documento assinado digitalmente
LENY ALVES BOMFIM TRAD
Data: 10/11/2023 11:09:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Leny Alves Bomfim Trad – ISC/UFBA

Orientadora

 Documento assinado digitalmente
MARCOS VINICIUS RIBEIRO DE ARAUJO
Data: 16/11/2023 12:10:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcos Vinícius Ribeiro de Araújo – IMRS/UFBA

Salvador

2023

AGRADECIMENTOS

Eu não sou sozinha. A partir desse pensamento que me sustenta durante todos os meus dias e diante de todas as adversidades, preciso agradecer à todos aqueles que me acompanharam nessa árdua caminhada.

Primeiramente, agradeço à toda minha ancestralidade que permitiu que eu estivesse aqui hoje, á meus antepassados distantes e ás minhas avós, Margarida e Zulmira, mulheres negras de luta e força que não puderam acompanhar a finalização da dissertação, mas que certamente descansam em Orum e estão muito contentes em ver tudo que conquistei até hoje. Eu amo vocês.

Aos meus pais, José Carlos e Luciene que são exemplos de perseverança, luta, força e que apesar de todas as dificuldades da vida, sempre estiveram ao meu lado, apoiando cada escolha que fiz desde a minha graduação aos caminhos que trilho até hoje. Mesmo sem entender muito de minhas escolhas acadêmicas, vibram, se entristecem e me encorajam a cada vez que compartilho as sensações que vivenciei nesses longos anos de trabalho. Muito obrigada meus pais, espero honrá-los a cada passo que dou, todas minhas decisões profissionais também são por vocês, para que eu possa retribuir todo esforço e sacrifício que fizeram para que eu estudasse.

A minha tia/madrinha, Helena que possibilitou que eu estudasse ainda quando criança, que pegava no meu pé para que eu estudasse, minha mais sincera gratidão. E as minhas tias queridas por torcer por mim constantemente.

Aos meus bichinhos de estimação, Safira e Dinho que me preencheram de alegria quando eu era solidão, ansiedade e tristeza.

Ao meu amado orientador de graduação Marcos Vinícius que me fez entrar na pesquisa com uma temática que tanto me apetece como a saúde da população negra, obrigada ao incentivo e por sempre acreditar de mim, mesmo que eu duvide de mim o tempo todo.

As pretinhas que foram meu acalento durante o período presencial da pós-graduação: Vanessa, Jaqueline, Edi, Taia e Tarcia. Meninas, quando estávamos perdidas e sofrendo pelas vivências cruéis que a pós-graduação nos causou, vocês ajudaram e muito para que eu fosse cada vez mais forte. Senti muita falta disso quando a pandemia se instaurou, vocês foram o grupo que me acalentou nesse processo. Em especial, preciso ressaltar e agradecer especialmente a Vanessa que

foi como uma irmã para mim, me orientando, me guiando, compartilhando comigo o seu saber sem egoísmo algum. Irmã, você foi o maior presente que o ISC me deu. Os ancestrais estão radiantes pelo nosso encontro porque eu nem sei explicar o quão importante você foi e segue sendo para o meu crescimento pessoal e profissional. Eu te amo imensamente e nunca serei capaz de retribuir o que você fez por mim.

As minhas colegas de mestrado, Cintia, Mirella e Maira que também compartilharam comigo sufocos e conquistas. Obrigada meninas, pois quando achei que tudo estava perdido, estávamos perdidas juntas rsrs.

Aos meus amigos de vida: Carol, Tissi, Carolina, Jess, Rayana, Rebeca, Joyce, Bruna, Denis, Ana Bia, Raymundo, Gil, Leticia, Erika, Lisiane, Indiana e Ícaro, que me apoiaram nas fases mais difíceis que vivenciei nos últimos anos. Eu realmente não sei dizer o quanto amo vocês e o quanto o apoio de vocês foi importante pra que eu não desistisse. Quando eu não acreditava mais em mim, vocês sempre levantaram a minha bola não permitindo que eu caísse. Obrigada por me escutarem, por torcerem por mim, por me animarem e por me fortalecer com palavras de apoio, com ajuda no processo final, com conselhos e até mesmo com reclamações e lamentações, eu serei muito grata para todo o sempre.

Aos meus amigos do “Clubinho Cocoricó” que também se revoltaram com as injustiças e reclamações que levei durante esse período difícil do mestrado, mas que também me fazem rir me dando leveza as lutas diárias.

A FAPESB por viabilizar minha permanência no Programa, através da concessão da bolsa de estudos.

Aos queridos colegas do Pré-Acadêmico Abdias Nascimento viabilizado pela querida Prof^a Climene que também foi quem viabilizou minhas idas à campo por meio de seus projetos na Escola de Enfermagem. Prof^a Climene, você possibilitou a minha entrada ao Programa de Pós-Graduação e também fortaleceu esse processo corrido de coleta de dados, meus mais sinceros agradecimentos.

A Clarice que me instigou a trabalhar sobre essa temática e quem também me fez conhecer a Ilha de Maré ainda em 2018, quando eu era apenas uma graduanda do curso de Fonoaudiologia.

E a Leny, orientadora, por ter iluminado meus pensamentos quando eu estava super

confusa e pela paciência durante esse caminho tortuoso e demorado que construí.

Às pessoas moradoras da comunidade de Ilha de Maré que resistem e lutam diariamente por uma condição de vida digna e com saúde e que me ajudaram na construção desse trabalho.

*“(...)Éramos milhões, até que vieram vilões
O ataque nosso não bastou
Fui de bastão, eles tinham a pólvora
Vi meu povo se apavorar
E às vezes eu sinto que nada que eu tente fazer vai mudar
Auto estima é tipo confiança, só se quebra uma vez
'To juntando os cacos, não Barcelos, nem Antibes
Sou antigo na arte de nascer das cinzas (...)”*

(Djonga – Corra)

*“(...)Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes...Não, melhor... Figurantes, que nem devia 'tá aqui
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir (...)”*

(AmarElo - Emicida)

SOUZA, Ludmila de Neres. **Percepção comunitária sobre problemas ambientais e saúde em territórios quilombolas na Ilha de Maré: Uma perspectiva racializada.** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

RESUMO

A discussão sobre problemas ambientais vem crescendo ao longo de décadas a partir dos movimentos ambientalistas e ganha força, sobretudo, com o entendimento de que é imprescindível conciliar o desenvolvimento econômico com os cuidados com a natureza. No Brasil, as injustiças socio-raciais decorrentes da escravização endossaram a necessidade de aprofundar a discussão sobre racismo ambiental no país, correlacionando o racismo com a pobreza. Essa correlação é compreendida através da discussão sobre “centro-periferia” do sistema capitalista, que expõe uma organização de exploração de países e regiões subdesenvolvidas em prol da expansão espacial da indústria do centro econômico para a periferia. O território dos povos quilombolas, é um exemplo pois além da luta incessante pela demarcação das terras, os seus territórios são amplamente explorados, gerando graves consequências físicas e subjetivas. Este estudo então pretende colaborar com a produção de conhecimento sobre os desafios ambientais enfrentados pela população quilombola, compreendendo o significado que um território ancestral possui para os quilombolas da Ilha de Maré. Tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva racializada, as relações entre problemas ambientais, racismo e condições de vida e saúde em três comunidades quilombolas localizadas no território de Ilha de Maré, a partir da percepção dos/as moradores. Trata-se de um estudo qualitativo, que lançou de entrevistas semiestruturadas observação (de forma complementar) com registro em diário de campo e realizada nas comunidades quilombolas de Ilha de Maré. Foram incluídas na pesquisa, pessoas maiores de 18 anos; com vinculação ativista ou não; tanto do sexo feminino como do sexo masculino considerando as possíveis diferenças de narrativas dos pescadores e das marisqueiras. Foram sete pessoas entrevistadas, sendo cinco mulheres e dois homens com idade entre 18 e 63 anos e todos os preceitos éticos envolvendo pesquisas com seres humanos foram respeitados. As entrevistas foram gravadas, transcritas e a análise foi realizada sob a luz da Antropologia Interpretativa das Culturas, compreendendo o contexto em que as narrativas foram extraídas e estão situadas. Foram construídas duas categorias de análise: 1) Problemas ambientais no espaço territorial quilombola: percepções da comunidade; 2) Imbricações entre racismo, problemas ambientais e processos de adoecimento. Os entrevistados relataram possuir uma dinâmica muito positiva com o espaço territorial da Ilha de Maré já que a ilha transcende o aspecto de beleza e atua como lugar de sobrevivência, sendo o local que além de ser fonte de alimento, também é de onde eles provêm seu sustento. Contudo, as contaminações vêm deteriorando o ambiente ecológico já que é perceptível a implicação dos problemas ambientais no ar, na fauna e flora marítima e terrestre, gerando um impacto socioeconômico para os quilombolas. É evidenciada nas entrevistas, a exploração maciça do território pelos fixos privados sem retorno positivo para as comunidades. Foi exponenciado pelos moradores, os processos de adoecimento que as contaminações geraram, como problemas respiratórios, de pele e alterações nos exames referente a presença de componentes químicos. Alguns entrevistados contam em seus discursos, o simbolismo do território e a subjetividade ancestral que envolve, mesmo que de forma inconsciente e já estremecida para alguns, a tradição entre a relação da natureza,

saúde e espiritualidade como parte de suas identidades. A percepção dos sujeitos frente à invisibilidade do bairro diante das empresas exploradoras e principalmente do Estado, que apesar de denúncias realizadas continua indiferente aos problemas de saúde da comunidade, revela o racismo institucional como o maior problema que os moradores enfrentam.

Palavras-chave: Meio Ambiente. População Quilombola. Percepção. Racismo. Saúde.

SOUZA, Ludmila de Neres. Community perception of environmental and health problems in quilombola territories on Ilha de Maré from a racialized perspective. Dissertation (Master degree) - Institute of Collective Health, Federal University of Bahia, Salvador, 2023.

ABSTRACT

The discussion regarding environmental issues has been growing over decades from environmental movements and fortifies, particularly with the understanding that it is essential to conciliate economic development with nature's carefulness. In Brazil, social-racial injustices resulting from enslavement endorsed the need to deepen the discussion about environmental racism in the country, correlating racism with poverty. This correlation has been comprehended through the debate of the "center-periphery" of the capitalist system, which exposes an exploration organization of countries and regions underdeveloped for the spatial expansion of the economic center industry to the periphery. The quilombola people's territory is an example because, in addition to the continual struggle for land demarcation, having their domains severely exploited generates serious physical and subjective consequences. This study, therefore, intends to concur with the knowledge production about the environmental challenges faced by the quilombola population, ascertaining the meaning that an ancestral territory has for the quilombolas of Ilha de Maré. Aiming to analyze, from a racialized perspective, the relationships between environmental problems, racism and living and health conditions in three quilombola communities located in the territory of Ilha de Maré based on the resident's understanding. It is qualitative research based on semi-structured observation interviews (in a complementary way) with records in a field diary and carried out in quilombola communities in Ilha de Maré. The survey included people over 18 years old; with activist ties or not; both female and male considering possible differences in the narratives of fishermen and shellfish gatherers. Seven persons were interviewed, five women and two men aged between 18 and 63 years, and ethical precepts involving research with human beings were utterly respected. The interviews were recorded, transcribed and the analysis was carried out in the light of the Interpretive Anthropology of Cultures, understanding the context in which the narratives were extracted and situated. Two topics of analysis were built: 1) Environmental problems in the Quilombola territorial space: community perceptions; 2) Imbrications between racism, environmental problems and illness processes. The interviewees reported having a very positive dynamic with the territorial space of Ilha de Maré since the island transcends the aspect of beauty and acts as a place of survival, being the place that, in addition to being a source of food, is also where they come from sustenance. However, contamination has been deteriorating the ecological environment since the implication of environmental problems in the air, marine and terrestrial fauna and flora is perceptible, generating a socioeconomic impact for the quilombolas. It's evidenced in the interviews the massive exploitation of the territory by the private fixed without positive return for the communities. Residents highlighted the illness processes caused by contamination, such as respiratory and skin problems and alterations in exams regarding the presence of chemical components.

Some interviewees tell in their speeches, the symbolism of the territory and the ancestral subjectivity that involves, even if unconsciously and already shaken for some, the tradition between the relationship of nature, health and spirituality as part of their identities. The subject's perception of the invisibility of his neighborhood in the face of exploitative companies and especially the State, which despite complaints made, remains indifferent to the community's health problems, reveals institutional racism as the primary problem residents confront.

Keywords: Environment. Quilombola population. Perception. Racism. Health.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. INTRODUÇÃO	13
2. OBJETIVOS	21
2.1. Objetivos Específicos	21
3. MARCO TEÓRICO	22
3.1. Quilombo – das origens ao contexto atual	22
3.2. Território e Territorialidade	27
3.3. A questão ambiental desde uma perspectiva racializada	31
4. PERCURSO METODOLÓGICO	37
4.1. Tipo de Estudo	37
4.2. O campo da Pesquisa	38
4.3. O processo de produção de dados	40
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
5.1. Problemas ambientais no espaço territorial quilombola: percepções da comunidade.....	45
5.2. Imbricações entre racismo, problemas ambientais de adoecimento	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecimento.....	73
APÊNDICE B – Perguntas disparadoras.....	76

APRESENTAÇÃO

A motivação para a realização deste trabalho diz respeito a minha breve trajetória acadêmica. Desde a minha graduação em Fonoaudiologia estive envolvida com a temática da saúde da população negra, em especial a partir da inserção no programa de iniciação científica e, posteriormente, quando este se tornou o foco do meu trabalho de conclusão de curso. Além disso, cabe destacar que estudar a temática da saúde da população negra me custa caro, por ser algo que me aflige politicamente já que sou uma mulher negra.

Entretanto, meu contato com a temática quilombola se deu, especificamente, através de atividades desenvolvidas em Ilha de Maré no ano de 2018 vinculada à disciplina de Práticas Integradas em Saúde Coletiva da graduação em Saúde Coletiva do ISC (Instituto de Saúde Coletiva). Fui convidada a ajudar, ainda enquanto estudante da graduação de Fonoaudiologia, realizando oficina de Abayomi (boneca africana) a fim de ajudar as crianças da escola de Praia Grande a entenderem a história do povo negro e fortalecer a cultura quilombola no imaginário das mesmas. Foi um dia intenso de atividades e que ficou muito notório que na comunidade de Praia Grande havia uma certa tendência a dissipar os conhecimentos ancestrais quilombolas, principalmente mediante a expansão das igrejas evangélicas no território.

De maneira voluntária, continuei participando das atividades da mesma disciplina em outros semestres já enquanto mestranda e foi quando, durante a disciplina, pudemos conhecer as comunidades de Martelo, Ponta Grossa e Porto dos Cavalos, em que nos foi apresentada a problemática ambiental da região. Durante essa imersão de campo, conheci a Ilha de Maré para além das praias turísticas e pude visitar essas comunidades que não são tão conhecidas assim e que possuem suas singularidades, principalmente por conta das contaminações no ambiente.

Considerando meu desconhecimento sobre a temática de injustiça ambiental, essa passou a ser uma questão instigante para mim, me despertando o interesse por aprofundar o conhecimento sobre um dos braços do racismo institucional que até então eu não tinha conhecimento. Esta primeira aproximação corroborava a

concepção de que o racismo se dá de diferentes formas e atravessamentos, não podendo ser diferente no que tange aos territórios.

1. INTRODUÇÃO

O meio ambiente não é resultado da ação humana, mas ao longo do tempo, passa a sê-lo mediante as relações e interações do homem. Assim, os problemas ambientais são de cunho social, causados e atravessados pelos processos sociais (LEFF, 2002, p.240). E como frutos desses processos, os problemas ambientais são percebidos porque, “como ambientes criados, não se encontram alheio à vida social humana, mas são completamente penetrados e reordenados por ela, confundindo atualmente o que é ‘natural’ com o que é ‘social’” (FREITAS, 2003; BECK, 1997).

Oliveira (2007 p.2) evidencia que a discussão sobre os problemas ambientais vem crescendo desde a década de 60 com a “aproximação dos movimentos ambientalistas das estratégias geopolíticas, para adequação da natureza-combustível a um novo ritmo de desenvolvimento que mantivesse as relações exploratórias entre centro e periferia no sistema-mundo”. Logo, tornou-se imprescindível, cuidar da natureza para evitar o esgotamento ambiental, mas também sem prejudicar a continuidade do ritmo capitalista. Na década de 70, a discussão se estende, sendo evidenciada através dos movimentos sociais, do meio acadêmico e bastante debatidos na construção de políticas públicas em busca por uma saúde de melhor qualidade para a sociedade (RANGEL et al., 2015). Entretanto, à medida em que as discussões vêm se consolidando, há um ceticismo sobre a necessidade da proteção ambiental e avanço desenfreado dos ataques ao meio ambiente em nome de uma lógica de desenvolvimento mundial de cunho neoliberal (BARROS, CAÚLA, 2017, p.12).

Gurski, Gonzaga e Tendolini (2012) aponta que durante a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada no ano de 1972, foi elaborada a Declaração de Estocolmo em que o primeiro princípio se tratava da proteção ambiental e sua relação com os Direitos Humanos. Nessa declaração, estava colocada que

o homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. (Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano, Estocolmo, 1972, p. 1-2)

A Constituição Brasileira também assegura a proteção ambiental, colocando que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Art. 225, § 1º, III)”. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) em sua resolução de nº 001, de 23 de janeiro de 1986, define impacto ambiental como

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota e a qualidade dos recursos ambientais.

Sendo assim, o impacto ambiental pode ser tanto positivo como negativo, trazendo benefícios sociais ou não para a sociedade.

Em consonância com a Declaração de Estocolmo, a área do Direito possui bastante implicação com a temática ambiental e econômica, possuindo como objetivo fundamental a função de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental, de modo que haja crescimento econômico sem pôr em risco os recursos naturais ou ecológicos (DE AVELAR TEIXEIRA; COSTA, 2018). Entretanto, é sabido que existem muitas falhas no cumprimento da lei, no que tange aos interesses públicos e privados, essencialmente ao que diz respeito as reservas naturais do país em nome do desenvolvimento neoliberal.

O neoliberalismo é um modelo político-econômico que surge no fim da década de 70, nos Estados Unidos da América com o intuito de acabar com a estagflação. Contudo, esta nova concepção de Estado possui pautas individualistas e que favorecem a propriedade privada e responsabilidade individual, contrastando justamente com o período anterior, em que o mundo se voltava para a proteção do meio ambiente e que o Estado buscava garantir direitos sociais para a sociedade (HOFFMAN; DE MORAIS; SALDANHA, 2018). Quando o neoliberalismo é consolidado, através do apoio político do novo presidente dos Estados Unidos, Reagan, ocorre uma desregulação ambiental, de empresas aéreas, telecomunicações, sistema financeiro, entre outros (HOFFMAN; DE MORAIS; SALDANHA, 2018). Ainda segundo os autores, com isso, surge a necessidade de se pensar uma nova forma de resguardar os recursos ambientais apesar do sistema capitalista neoliberal. Tal movimentação, anos depois, originaram estratégia aparentemente genuínas de cuidado ambiental, como o Ecodesenvolvimento, e

outras de caráter claramente dominante, como o Crescimento Zero, que pregava o congelamento econômico dos países intitulados de “Terceiro Mundo”.

Em 1992, o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92. E neste encontro com pautas de caráter global, foi celebrada a adoção da Agenda 21 e a pauta do Desenvolvimento Sustentável. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, define o Desenvolvimento Sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações de satisfazerem suas necessidades”.

Contudo, segundo Oliveira (2016, p.46), a política do Desenvolvimento Sustentável surgiu no cerne do “pensamento da classe dominante, e utiliza os pressupostos do conservacionismo juntamente com um ensinamento do universo econômico de gestão de negócios: o Princípio da Precaução.”. Ou seja, o medo da escassez dos recursos naturais se torna mais uma forma de lucrar, já que as empresas pensam em diferentes técnicas que possam trazer mais retornos financeiros de consumir energia de modo mais eficiente, de reduzir a poluição e fazer o uso racional de matéria prima em detrimento da aceitação sectária dos problemas existentes.

Concomitantemente, no Aterro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, acontecia o Fórum Global que, diferentemente da ECO-92, recebia a participação ativa de ONGs e movimentos sociais de diversas pautas, interessados em debater esta temática com interesses mais genuínos. Enquanto a ECO-92 ganhava toda a repercussão midiática, este outro evento não teve a mesma repercussão, inclusive não possuía poderes deliberativos, ficando em segundo plano (OLIVEIRA, 2016).

Assim, cabe destacar que os movimentos e discursos ambientalistas são diversos e vem se transformando ao longo da história. Silva (2012), tomando como referência o caso norte-americano, distingue três vertentes principais. Uma mais antiga, centrou-se na conservação dos espaços naturais e das espécies animais e vegetais, ressaltando o papel do homem com um perigoso predador. A perspectiva seguinte exalta a necessidade de uma adequada gestão ambiental e dos recursos naturais, ancorada na

modernização ecológica e que serve de base para o propagado desenvolvimento econômico sustentável, como supracitado. E finalmente, a terceira perspectiva, que emerge com força na década 1990, reuniu bandeiras históricas dos movimentos populares estadunidenses - justiça ambiental (Environmental Justice Movement), e representou uma verdadeira “convulsão histórica” no ecologismo norte-americano (Silva 2012).

Silva (2012) ressaltou o fato de o movimento por justiça ambiental reafirmar a importância de resgatar-se o debate sobre a condição do negro no contexto social norte-americano, entendendo esta como uma consequência do “desenvolvimento e manutenção de relações de tipo colonial, numa reprodução da situação de dominação econômica, social e política a que historicamente foram submetidos os homens e mulheres negras na história ocidental” (pp. 89-90). Este processo se iniciou quando as pessoas começaram a perceber que a região em que moravam sofria com a ausência de saneamento básico, presença de indústrias muito poluentes e depósitos de resíduos contaminados que aconteciam em regiões habitadas por grupos étnicos muito pobres (negros, latinos e indígenas) e não de maneira aleatória. Assim, esses movimentos buscavam construir realidades mais justas, adotando como princípio norteador a justiça ambiental através da pauta de movimentos ambientalistas tradicionais, mas também estabelecendo articulação entre lutas de caráter social, ambiental, territorial e de direitos civis (SILVA, 2012). Conforme destacou a autora, este movimento também teve ecos em outros países, especialmente aqueles marcados por grandes desigualdades sociais e raciais, como é caso brasileiro.

Almeida (2016) aponta que as injustiças socio-raciais brasileiras decorrentes da escravização, acabaram trazendo a necessidade de um aprofundamento na discussão sobre racismo ambiental no Brasil, sendo importante estudar o desenvolvimento e correlação entre o racismo e a pobreza no país. A escravização foi um reflexo do racismo e também do regime capitalista, que operou através da desterritorialização dos povos africanos. Quando os escravizados foram “libertos”, a população preta que não possuía prestígio social algum, foi abandonada à míngua e colocada à margem da sociedade em diversos contextos, inclusive o geográfico. A autora ressalta que

um dos principais fundamentos que indicam a existência racismo ambiental no Brasil é justamente a perpetuação e modernização dessa relação de dominação, que se manifesta no binômio: repressão e opressão. As formas de opressão se manifestam, por exemplo, pelo desenho geográfico que aloca discriminatoriamente a população sob pretensa neutralidade; pelas formas sutis, naturalizadas, e altamente violentas de discriminação cotidianas; pela vedação de acesso ao espaço urbano pela desigual distribuição, injustificada, da alocação de políticas públicas e obras de mobilidade urbana (ALMEIDA, 2016, p.51).

Compreender que nada é por acaso ou natural, nos faz identificar que existem diferentes exposições a males ambientais para os diferentes grupos sociais. Existem exposições desiguais aos riscos químicos que ficam escondidos e velados mediante a extrema pobreza e pelas péssimas condições gerais de vida a ela associadas, essas injustiças sociais brasileiras encobrem e naturalizam a exposição desigual à poluição e o ônus desigual dos custos do desenvolvimento (ALMEIDA, 2016; HERCULANO, 2008). Dentro dessa perspectiva, Raul Prebisch (1949) traz a discussão de “centro-periferia” do sistema capitalista, no qual o centro é ocupado por países industrializados, que possuem desenvolvimento técnico, com organização e estrutura diversificada e integrada, especializada em produtos industriais, enquanto a periferia são os países em desenvolvimento, como os latino-americanos que produzem matéria-prima e, portanto, são explorados (ALMEIDA, 2016; OLIVEIRA et.al., 2013). Dulci (1999) complementa que essa tipologia também pode ser atribuída aos recortes regionais dentro de cada país, pois existem desenvolvimentos desiguais entre as regiões, devido a forma de expansão espacial da indústria do centro econômico para a periferia.

Quando o conceito de saúde é expandido e se começa a pensar que saúde não é apenas ausência de doença, mas também considera as iniquidades sociais como determinantes para o adoecimento, entende-se que o sistema racista coloca pessoas negras e indígenas em situações de vulnerabilidade. Além disso, fica cada vez mais perceptível que o sistema capitalista explora o meio ambiente e o degrada, determinando, assim, o processo saúde-doença dos grupos sociais diretamente afetados por essas problemáticas. Para tanto, existe o avanço dessas discussões tanto no campo da Saúde Coletiva, como no sistema de vigilância do Sistema Único de Saúde, a fim de expor as vulnerabilidades socioambientais que estão relacionadas com a produção e consumo nocivo que ocorrem nos territórios (PORTO et.al., 2013).

Para as comunidades tradicionais, que vivem na “periferia” tipificada por Prebisch (1949), a relação com a terra e o meio ambiente se dá em diversos níveis, não apenas referente ao território, mas principalmente com as conexões simbólicas e ancestrais a que pertencem. Dessa maneira, é possível pressupor que existem impactos subjetivos a estes povos, muito além da questão física territorial, mas também em relação a simbologia que o meio ambiente traz para a ancestralidade e que isto impacta diretamente no processo de saúde-doença das comunidades.

Apesar de todos os ataques aos povos tradicionais, seus movimentos de resistência são ainda mais históricos. Vallejo et. al. (2019) aponta que os povos tradicionais da América Latina brigam constantemente por questões distributivas, participação política, reconhecimento cultural e por titulação de suas terras. A autora traz que a disputa é sobre modos de vida e não por conflitos de interesses oriundos de questões econômicas. Entretanto, podemos refletir que quando os povos tradicionais se deparam com essas disputas, o outro lado, está na disputa das terras em busca de acúmulo de capital financeiro, logo, não podemos apagar a questão econômica como um ponto importante das lutas.

As estratégias de resistência são variadas: pronunciamentos, declarações, protestos nas ruas e praças, marchas, uso de redes sociais, formulação de demandas legal a nível nacional e internacional quando seus direitos são violados (apropriação de terras e territórios, ausência de processos de consulta, intimidação e violência). Além disso manifestações públicas, há também dimensões de luta que estão em as “rotinas da vida cotidiana” (Warnaars 2013), nas quais os memória e a historicidade dos territórios (Vallejo et. al, 2019, p.22).

A Ilha de Maré fica localizada na cidade de Salvador, entretanto é separada da cidade pelo mar e cercada por indústrias. Essa singularidade gera diferentes impactos na vida dos moradores, tanto positivos como negativos. Tocada pela angústia das problemáticas e vulnerabilidades em que a população está exposta, mas principalmente pela força e organização dos movimentos de luta e resistência das comunidades quilombolas de Ilha de Maré, me senti instigada a compreender como as pessoas racializadas, constituídas pela relação singular com a terra e meio ambiente, lidam com esses problemas oriundos do capitalismo desenfreado e do racismo estrutural.

É de extrema importância ressaltar o conturbado período político em que estivemos inseridos durante os últimos quatro anos (2019- 2022), em que o mundo se deparou com a pandemia do novo Corona Vírus (COVID-19) que exacerbou as desigualdades socio-raciais. Além disso, vivenciamos no Brasil um período em que a democracia brasileira foi constantemente ameaçada por um governo fascista, que se elegeu com uma agenda de destruição do meio ambiente, negacionismo científico e ataques a comunidades tradicionais, com discursos racistas, machistas e lgbtfóbicos. Desde antes mesmo das eleições de 2018, as falas do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, expressavam ataques violentos frente as comunidades tradicionais. E em 2018, durante sua campanha eleitoral, prometeu que iria acabar com todas as reservas indígenas e comunidades quilombolas do país caso eleito (CIOCCARI, PERSICHETTI, 2018).

O (des)governo bolsonarista foi pautado numa política, segundo Acselrad (2020), de “vertente liberal, que procura hoje desconstituir a questão pública do meio ambiente, e uma vertente autoritária racializada, que visa a expropriação de povos indígenas e quilombolas”. E para facilitar essa missão, a Fundação Cultural Palmares recebeu a gestão de Sérgio Camargo, um homem negro totalmente desvinculado com a pauta racial e que além de não a apoiar, fez questão de atacá-la. Simões e Borges (2020) no site “Alma Preta”, apontaram que o número de comunidades certificadas reduziu drasticamente, sendo 2020 o ano com o menor número de certidões emitidas nos últimos 16 anos. Segundo os autores, estes entraves dificultaram o acesso dessa população a serviços como Bolsa Família e ingresso às universidades e com a pandemia, as comunidades quilombolas sem certificação e mesmo as são certificadas, passaram por dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

Após inúmeros ataques aos direitos das populações originárias e quilombolas do país durante a gestão desastrosa do Bolsonaro, o Brasil deu uma chance para sua reconstrução com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva no dia 30 de outubro de 2022. E ainda na equipe de transição, o governo Lula demonstra um dos seus maiores diferenciais enquanto governante e integra mulheres quilombolas, sendo duas delas a “Givânia Maria Silva, indicada para o grupo técnico da área de Igualdade Racial e

Franciléia Paula de Castro, para a área que trata de assuntos do Desenvolvimento Agrário” (QUEIROZ, 2022). E é preciso ressaltar os desafios para os próximos quatro anos, já que estamos sem informações atualizadas sobre a população brasileira pois alguns dos principais danos que o governo Bolsonaro causou, foram a retirada de circulação de dados que existem e o desmantelamento dos órgãos e políticas públicas voltadas aos grupos identitários, principalmente (SILVA, 2023).

Pensando em todos esses cenários vivenciados por quilombolas do país, é possível fazer questionamentos acerca da realidade vivenciada pelas comunidades quilombolas da Ilha de Maré. Sendo assim, este estudo pretende avançar na produção de conhecimento sobre a percepção dos quilombolas acerca dos problemas ambientais que os aflige. Pretende-se compreender a importância que um território quilombola possui para este grupo, buscando identificar como que essas comunidades percebem os desafios associados ao racismo ambiental.

2. OBJETIVOS

Analisar as relações entre problemas ambientais, racismo e condições de vida e saúde em três comunidades quilombolas localizados no território de Ilha de Maré, a partir do ponto de vista dos/as moradores.

2.1. Objetivos Específicos

Analisar a percepção sobre problemas ambientais nos territórios quilombola;

Identificar as relações entre racismo, problemas ambientais e o processo saúde-doença na comunidade.

3. MARCO TEÓRICO

3.1. Quilombo – das origens ao contexto atual

A população negra sofre até hoje as mazelas do período escravocrata, principalmente pela ausência de políticas públicas que reparassem as violações sofridas por este grupo e que favorecessem a estabilidade dos negros após a abolição da escravatura, os retirando das condições de exclusão social (Brasil, 2016). O Brasil possui uma dívida histórica com este grupo populacional, já que no período da abolição, apesar da importância da emancipação legal, o povo negro foi deixado à margem do ponto de vista social, político e econômico, sem direitos a terra, educação e trabalho já que as políticas da época favoreciam a integração de imigrantes europeus, na tentativa de embranquecer o país (Da Silva, 1994). Dessa maneira, a única alternativa dessa população, que até então possuíam poucos (quando conseguiam trabalhos temporários) ou nenhum recurso financeiro, era ocupar espaços urbanos em locais afastados dos centros da cidade, ou seja, nas periferias ou permanecer em seus quilombos (Costa; De Azevedo, 2016).

Segundo Munanga (1996, p. 3), o termo quilombo (kilombo) é originário dos povos de línguas bantu e historicamente, sua concepção diz respeito a organizações sociopolíticas e militares, fruto de uma história longa de conflitos entre povos africanos. Ainda, segundo o autor, a palavra quilombo para o exército de Kinguli, remete a uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação ou qualquer linhagem, em que os homens passavam por um ritual de iniciação em que eram retirados do seu âmbito protegido para se integrarem como co-guerreiros.

Os quilombos (kilombos) são de extrema importância para a história negra, e segundo Oliveira (2014, p.4)

A formação histórica dos quilombos no território brasileiro perpassa, antes de mais nada, pelos sentimentos, dentre os africanos escravizados, de sujeição dolorosa nos navios negreiros, de afastamento mandatório de seus lugares de origem, de tratamento enquanto mercadorias, de servidão forçosa e de alteração forçosa de seus hábitos originários de suas terras natais. Em contrapartida, permeando-os, as diferentes formas de resistência aos poucos foram se aflorando, resultando, dentre outros eventos, na formação de quilombos, tradicionalmente entendidos como lugares de escravizados em fuga.

Munanga (1996, p.3) coloca que, apesar da origem bantu do termo quilombo e de suas principais lideranças dos movimentos de fuga organizados, a sua configuração no Brasil é transcultural por conta da mistura forçada de povos frente à escravidão. O exemplo mais forte de quilombo e representações quilombolas presentes na sociedade brasileira segue sendo o Quilombo de Palmares, que surge por volta dos anos 1590, como resultado da fuga de escravizados que desbravaram as matas das regiões entre Alagoas e Pernambuco, fundando uma comunidade de cerca de 30 mil homens e mulheres africanos (NASCIMENTO, 2002).

Palmares possuía uma organização econômica e sociopolítica digna de um Estado, logo é conhecida na história como a República de Palmares. Desta forma, o povo de Palmares conseguiu dominar uma área territorial gigante, com cerca de mais ou menos um terço do tamanho de Portugal (NASCIMENTO, 2002). Através da organização coletiva, tudo que era produzido era partilhado entre os palmarinos, confluindo justamente com o que o autor Abdias Nascimento traz logo no prefácio de sua obra “O negro revoltado” (1982), abordando um conceito afrocêntrico cujo significado de quilombo, traz a ideia de que é “uma comunidade em solidariedade em convivência e comunhão existencial”, logo, para ele, ser quilombo é estar entre os seus, dividindo e partilhando a sua existência.

Cabe considerar a possível organização política dos quilombos no que tange ao gênero, já que diferentemente das demais sociedades euro-asiáticas, as ditas sociedades de berço meridional como as do continente africano, possuíam um regime de tipo matriarcal e matrilinear. Ou seja, as estruturas sociais e política eram organizadas a partir da mulher e isso regulava as interações entre os grupos, indivíduos e instâncias sociais. Assim, a mulher nas comunidades africanas possuía o papel de destaque, sendo libertada da vida doméstica, executando também outras atividades (MOORE, 2007; DIOP, 2014). Essas organizações devem ter continuado por muito tempo, entretanto, segundo Njeri (2020), “o patriarcado teve um grande impacto sobre as sociedades africanas, já que alterou cosmovisões ontológicas que ordenavam a pertença no mundo de homens e mulheres negros naquele continente”.

Funari & De Carvalho (2005) apontam que o Quilombo de Palmares sofria ataques pelo medo que os colonos tinham de sua configuração organizacional, pelo tamanho territorial e principalmente pela quantidade de negros que se refugiavam no quilombo. Por volta de 1630 foi o momento em que mais os escravizados se aquilombavam, por conta da entrada da Holanda no território brasileiro, havendo conflitos constantes com os portugueses, mas em 1640 os holandeses passaram a temer os quilombolas, enviando Bartolomeu Lintz para obter informações que “foi descrito como composto de dois grandes assentamentos: uma aldeia grande na Serra da Barriga e uma menor à margem esquerda do rio Gurungumba”. Quatro anos depois, uma liderança holandesa atacou uma das comunidades de Palmares que continham mais de seis mil habitantes, matando cem pessoas e capturando cerca de 31, entre eles sete crianças negras e indígenas.

Ainda segundo os autores, em 1654 os holandeses foram expulsos pelos portugueses e eles mesmos passaram a atacar Palmares, mas sem sucesso. Os quilombolas passaram a atacar as fazendas no intuito de conseguir armas. Os ataques continuaram acontecendo até que em 1675, Zumbi de Palmares já se destacava como liderança, mas seu tio Ganga-Zumba ainda era o governante dos quilombos. Em 1694, Palmares deixa de existir após o acordo do governador de Pernambuco com Jorge Velho, que com sua tropa de índios e mamelucos, conseguiu destruir o quilombo e no ano seguinte, Zumbi foi encontrado morto e exposto em praça pública. Apesar da tentativa de apagar a história de um dos maiores símbolos de resistência da história, o povo negro não deixa o Quilombo de Palmares ser esquecido.

Apenas em 1988 com as lutas dos movimentos negros, o Brasil assume a responsabilidade, a partir da Constituição Federal Brasileira, de assegurar o direito às terras para as comunidades quilombolas com o Art.68 (ADCT) que diz: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Segundo o site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável pela titulação dos territórios quilombolas

as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos.

Os autores Marques e Gomes (2013) trazem uma definição do que é ser remanescente quilombola elucidando que são grupos sociais que se mobilizam ou são mobilizados por organizações sociais, políticas, religiosas, sindicais etc. em torno do autorreconhecimento como um grupo específico e, conseqüentemente, busca-se a manutenção ou a reconquista da posse definitiva de sua territorialidade. Eles podem apresentar todas ou algumas das seguintes características: definição de um etnônimo, rituais ou religiosidades compartilhadas, origem ou ancestrais em comum, vínculo territorial longo, relações de parentesco generalizado, laços de simpatia, relações com a escravidão e, principalmente, uma ligação umbilical com seu território

Ainda segundo o INCRA, se autodenominar quilombola é se identificar com relações específicas com a terra, ter parentesco, território, ancestralidade, práticas de saber, de cuidados e tradições culturais muito singulares. O órgão afirma que no território brasileiro existem mais de três mil comunidades quilombolas (INCRA, 2017), entretanto, apesar de estar colocado na Constituição, apenas no ano de 1995 o artigo 68 foi levado para discussão, inclusive pela dificuldade jurídica e legislativa de definir o que seria o termo “remanescente quilombola” (ARRUTI, 1997). Ademais, até então todas as questões das comunidades quilombolas eram tomadas como assuntos de cunho cultural e, portanto, foi criada a Fundação Cultural Palmares (FCP), pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, vinculada ao Ministério da Cultura, com atribuições referentes apenas ao Memorial do Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga em Alagoas (DE SANTANA FILHO, 2018). De Santana Filho (2018) traz alguns elementos da estrutura racista que dificulta o reconhecimento dos territórios quilombolas. Apesar da Constituição de 88, ele aponta que foi entre os anos de 2000 a 2003 que de fato o identificar, delimitar, demarcar e titular os territórios quilombolas passou a acontecer, no governo do Fernando Henrique Cardoso, a partir do Decreto Presidencial 3.912, de 10 de setembro de 2001. Contudo, os incisos I e II do parágrafo único do artigo 1º traz alguns conflitos

emblemáticos para esta luta dos movimentos negros, mediante a falta de documentos nacionais que registrassem as ocupações dos quilombolas nessa época:

Para efeito do disposto no caput, somente pode ser reconhecida a propriedade sobre terras que: I- eram ocupadas por quilombos em 1888; e II- estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, em 5 de outubro de 1988. (Brasil, 2001).

Outro ponto referente a este decreto, diz respeito ao caput do Art. 2º e os parágrafos primeiro e segundo que determinam que o processo administrativo seja iniciado a partir da comunicação de uma representação da comunidade quilombola ao presidente da FCP, entretanto, apesar de possuir a função de gerir os processos técnicos a fim de reconhecimento dos territórios, essa representação não tem o poder de autorizá-la. Logo ela é, a nível hierárquico, submissa ao Ministro de Estado da Cultura, sendo dependente de qualquer posição dele para o desenvolvimento de qualquer atividade, demonstrando assim a verdadeira intenção de não efetividade na busca pelo reconhecimento de terras dos povos tradicionais (SANTANA FILHO, 2018).

Em 2003, no mandato do ex-presidente Lula, foi criado o Programa de Combate ao Racismo Institucional, a partir da colaboração técnica e financeira do Governo do Brasil com o Governo Britânico e agências das Organizações das Nações Unidas (ONU). Com este movimento e a participação dos movimentos negros do país, foi criada também uma organização nacional de luta pelas terras quilombolas dando origem a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Estas movimentações de pressão a partir da participação popular possibilitaram a revogação do Decreto Presidencial 3.912/2001 é substituído pelo Decreto Presidencial 4.887/2003 construído com horizontalidade, que responsabiliza o Estado por “identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas por remanescentes quilombolas”. Este Decreto facilita e esmiúça para a Administração Pública Federal as funções de cada órgão responsável pelas lutas quilombolas (SANTANA FILHO, 2018).

Martins e Da Silva Laurindo (2019) colocam que os territórios demarcados como quilombolas são áreas ambientais protegidas, denominadas de Áreas de Proteção Ambiental (APA), sendo esta sigla uma Categoria de Unidade de Conservação Federal. Essas áreas possuem elementos que são tanto bióticos, como abióticos, culturais ou

estéticos de modo a assegurar o bem-estar dos seres humanos. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei 9.985/2000, Art. 14, inciso I, c/c Art. 15 conceitua as APA's como:

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

I – Área de Proteção Ambiental;

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Com isso é perceptível que a trajetória de luta dos povos tradicionais pela demarcação dos territórios quilombolas não vem de agora, é uma articulação constante dos movimentos sociais que pressiona os poderes públicos na busca da efetividade dos direitos constitucionais que devem ser garantidos em todas as esferas do governo. Entretanto, existem dificuldades prática na execução desses direitos e que interferem constantemente na qualidade de vida e de existência dessas populações.

3.2 Território e Territorialidade

O território é uma definição flexível e passível de mudanças, possuindo diferentes significados historicamente definidos. O conceito abordado neste trabalho compreende que o território não é apenas um espaço geográfico delimitado, mas consiste também de elementos políticos e econômicos, já que este coincide com a extensão espacial da jurisdição governamental (GOTTMAN, 2012).

Santos (1978) conceitua e diferencia território, de espaço. Para ele, o território é imutável e duro, já o espaço trata-se da utilização do território pelo povo, ou seja, o território se torna espaço quando sofre intervenções históricas mediante a

ocupação de um povo, como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentais do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas, sendo o uso deste poder que acaba determinando os tipos de relações

estabelecidas entre as classes sociais e formas de ocupação deste território (SANTOS, 1978, p. 233).

Dessa maneira, para além de considerar o espaço físico do território, é preciso compreendê-lo como um espaço que possui sua própria autonomia e leis próprias, frutos das variadas formas de interação (SAQUET; DA SILVA, 2008). Essas interações dialéticas entre o homem e o espaço, nos permitem entender, baseado no que Santos (1985) aponta, que os movimentos dos grupos sociais fazem com que as localizações espaciais mudem, sejam alteradas, mas que jamais o lugar é modificado. O lugar é composto por um objeto ou um conjunto de objetos, já a localização diz respeito às forças sociais que interagem em um determinado espaço.

Seguindo este raciocínio, Santos (1985) coloca que o espaço é configurado pela interação de elementos, sendo estes: o homem, as empresas, instituições, **ambiente ecológico**¹ e suas infraestruturas. O homem, para o autor, independentemente de estar inserido nos meios de produção ou não (jovens, aposentados), possui um papel fundamental apenas por estarem presentes, já que sua existência no espaço dado acaba gerando demandas de trabalho para os demais. Para tanto, as instituições e empresas, são as responsáveis por preencher as demandas de trabalho para os homens, são elas as responsáveis pela garantia de movimentação de capital financeiro, bens, serviços e ideias. Além disso, estes elementos acabam sendo fundamentais para a elaboração de normas, ordens e legitimações no espaço. O ambiente ecológico é “o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infraestruturas são mão-de-obra materializada e localizada de casas, plantações, estradas, etc.”.

Considerando esses diálogos diretos entre o espaço e os elementos, é necessário ressaltar que existem interferências sobre outras questões que são tão importantes quanto e que pertencem a macroestrutura social. Aspectos de raça, gênero, classe social, faixa etária, nível econômico e de escolaridade são fatores a serem considerados pois cada uma dessas variáveis se correlaciona de maneiras diferentes e exercem

1 Tradução própria do termo “medio ecológico”. Capítulos encontrados no site: <<http://www.ub.es/geocrit/geo65.htm#temporal/>>, da revista Geocrítica da Universidade de Barcelona.

funções diferentes no espaço (SANTOS, 1985). Por exemplo, o único espaço demarcado socialmente para o povo negro refere-se à marginalização, se hoje existem territórios quilombolas foi, justamente, por conta das manifestações e ocupações sociais em um determinado período histórico que pressionou e segue pressionando o Estado (DA SILVA, 1998).

Dessa maneira, é impossível experienciar um espaço que não tenha sofrido modificações frente as macroestruturas sociais, logo, essas mudanças permitiram que Milton Santos (2007, pag. 142), trabalhasse e discutisse o conceito de fixos e fluxos. Para ele os dois conceitos são indissociáveis, considerando que os fixos são baseados na qualidade, quantidade ou densidade de uma técnica, enquanto os fluxos derivam da sua qualidade e domínio político, relacionados a circulação, distribuição e consumo. Ao emergir no conceito de “fixos”, podemos compreender que este refere-se aos recursos materiais, que sofreram transformações ou criações a partir da intervenção humana, apresentando uma função nova ou sentido novo a partir de uma técnica.

Os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócio, hospitais, casas de saúde, ambulatórios, escolas, estádios, piscinas e outros lugares de lazer. Mas se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre os fixos públicos e os fixos privados. Estes são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro (Santos (1985, p.142).

Enquanto os fixos públicos buscam promover uma justiça social a partir do comprometimento dos setores públicos com serviços essenciais como: escolas, hospitais, transporte, entre outros; sem distinção de classe social ou geográfica, os fixos privados servem a uma lógica apenas e restritamente de mercado. Não consideram as heterogeneidades de uma população, sendo assim, se algum serviço não gerar lucro, ele não será implantado. Portanto, por muitas vezes, muitas áreas ficam desprovidas desses serviços essenciais (SANTOS, 2007).

Faz-se importante também trazer a discussão sobre territorialidade trabalhada por Haesbaert (2004), que aponta duas perspectivas do território: uma que atua como dominação de cunho mais político ou econômico, tratando-se de grupos de poder; e outra que está relacionada ao sentido de apropriação desse território, sendo pertencente a

esta perspectiva, os grupos subalternos e suas lutas de resistência. Segundo Fuini (2017), de acordo com o conceito do Haesbaert, para os grupos de poder, no sentido de dominância funcional o território possui valor de troca, é um recurso de controle físico e produção, enquanto que para os grupos subalternos, o território possui um valor “geossimbólico” com valor de uso como lar, abrigo, segurança afetiva e até mesmo de identidade.

Haesbaert (2003) ainda discute a existência das multiterritorialidades, advinda de sua percepção de que os territórios se posicionam entre os ideais de funcionalidade e simbolismo, “passando também pelas questões ambientais e o recente papel do Estado enquanto gestor, controlador e mediador das demandas que emergem da sociedade civil (DE ALMEIDA, 2014)”.

Uma contribuição de Haesbaert (2003) importante, diz respeito a desterritorialização e diáspora. Segundo ele, o conceito de diáspora surge dos intensos processos migratórios e da necessidade de se (re)fortalecer os laços identitários e de comunidade entre os grupos migrantes. O autor retoma um conceito trabalhado por ele próprio (Haesbaert, 1999) em que define as diásporas como um lado extremo da atividade migratória, sendo que em uma das extremidades seria encontrado os grupos que se sentem menos pertencentes, no caso dos refugiados; e no outro, os grupos mais pertencentes (mesmo se tratando da dimensão simbólica do termo) – os migrantes já organizados em redes diaspóricas.

As migrações contemporâneas são consideradas diáspora quando se originam em fenômenos radicais de expulsão ou problemas agudos, sejam de cunho político, cultural ou mesmo, mas nunca apenas, econômica; quando também são promovidos laços muito fortes e sólidos entre os migrantes, não importando se estes são da mesma área ou de diferentes regiões, pois o que solidifica estas relações é uma identidade étnica ou nacional consolidada; e também, quando estes mantêm relações densas seja econômica ou cultural com sua diáspora, prosseguindo assim em várias gerações. Apesar da migração do tipo diaspórica, estes grupos não estão desterritorializados, afinal, as relações garantidas pela comunidade, mesmo que ainda distantes de sua terra natal, estas pessoas se sentem em casa. E é assim que é percebida a complexidade das

novas territorialidades, pois os sujeitos conseguem “reinventar um lar” em meio a uma diáspora globalmente estruturada, a partir de uma identidade étnica transnacional (HAESBAERT, 2003).

Ao traçar um paralelo entre o conceito de diáspora trabalhado por Haesbaert (2003) e a realidade do povo preto que hoje vive na diáspora brasileira, sabe-se que este povo nunca foi bem visto no país. No período de pós-abolição da escravatura, houveram políticas de imigração europeia no Brasil afim de substituir o trabalho servil dos negros pelo trabalho assalariado dos brancos. Obviamente, isto estava associado a ideia de identidade nacional adotada pelo país na época, em que o cidadão brasileiro era o branco-europeu, visto a ideologia de branqueamento difundida na literatura (DA SILVA, 1994, p. 5). O autor ainda traz que, para endossar tais políticas antigas, Getúlio Vargas em 1945, com o Decreto de Lei nº 7.967 de 18 de setembro, “sinalizou a conveniência da imigração europeia, consignada ali a “ascendência” da mesma na composição étnica do povo brasileiro”, ou seja, esta foi apenas uma reformulação do Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, em que a entrada de imigrantes europeu era facilitada, enquanto que negros e asiáticos só seriam admitidos com autorização do Congresso.

Frente a este passado e ao racismo sistemático a que o povo preto brasileiro sofre, apesar de sua contribuição dolorosa na construção deste país, é possível refletir se existe de fato uma sensação de pertencimento da população negra para com o território brasileiro e se, possuímos essa identidade étnica ou nacional consolidada. Quijano (2005) considera a experiência brasileira impossível para a existência do “moderno Estado-nação”. Esse conceito diz respeito a identidade dos membros de uma determinada comunidade associada a uma participação “mais ou menos democrática na distribuição do controle do poder”. Como uma possibilidade, podemos refletir sobre os quilombos e sua relação com o meio ambiente como forma de resistência ao processo de escravização, mas também como um espaço de pertencimento e perpetuação da cultura africana, bem como as demais formas de aquilombamento que a população preta não quilombola acaba se organizando e se organizando em seus territórios.

3.3 A questão ambiental desde uma perspectiva racializada

O Brasil é um país moldado por uma perspectiva eurocêntrica que considera o desenvolvimento e progresso a partir de uma ideologia capitalista baseada no consumo e bens materiais. Logo, é difícil se destituir de posicionamentos que vão além do reconhecimento de que a sociedade brasileira possui em sua gênese uma socio-biodiversidade que é atravessada por diferentes e múltiplas experiências e projetos de vida (LASCHEFSKI; ZHOURI, 2019).

Desde o período colonial, imperial e república, ao analisar a história do país pelo viés da ocupação territorial, percebe-se o esforço para manter a “preservação do latifúndio, pautado no desmatamento, nos monocultivos, na pecuária, na mineração, na negação de direitos e na tentativa de extermínio de grupos sociais que não tenham suas relações regidas pela lógica capitalista” (MOREIRA, 2017). Não obstante ao capital, a dominação colonial atravessa o Brasil, articulando o poder mediante a construção da linha divisória do racismo (HERNÁNDEZ, 2019). Sendo assim, o racismo é uma ideologia que estrutura e molda as relações no país, determinando a distribuição e ordenação social.

Podemos assim compreender o uso do conceito de racismo institucional, que nada mais é quando as instituições funcionam adotando a raça como elemento de dominação, conferindo privilégios ou desvantagens a determinados grupos. As instituições acabam normatizando e hegemoneizando as ações dos indivíduos, no intuito de estabilizar os sistemas sociais. Entretanto, como resultado dos conflitos de dominação social na busca pelo poder, elas moldam o comportamento humano tanto no que tange aos aspectos racionais, como nas subjetividades. Mas além disso, por fazer parte da sociedade, também são atravessadas por estes conflitos sociais e também reproduzem a mesma lógica (ALMEIDA, 2019).

Grosfoguel (2011) coloca, baseado em Frantz Fanon (2008), que conforme as diferentes narrativas coloniais ao redor do mundo foram existindo, a organização da superioridade e inferioridade dos indivíduos, foram construídas com distintas categorias raciais e que por mais que o racismo de cor tenha predominado na humanidade, existem também o racismo de etnia, religião, cultura ou idioma. O autor aponta também que elites ocidentalizadas do terceiro mundo do continente africano, asiático e latino-americano,

reproduzem práticas racistas contra grupos etno-raciais inferiorizados, que dependendo da história de colonização, esta inferiorização é marcada através de diferenças religiosas, culturais, étnicas ou de cor (GROSFOGUEL, 2011).

Nos quilombos, a concepção de raça extrapola a concepção de fenótipo e atrela-se ao conceito de etnia, considerando as relações históricas com um território e a memória e práticas culturais a ele associadas. “Tais relações são dimensões fundamentais para se entender os processos de identificação coletiva e de subjetivação dos membros destas comunidades. Uma comunidade é sempre fruto de relações de alteridade com alteridades circundantes” (XAVIER, 2018, p.25).

Os quilombos contemporâneos, bem como os diversos territórios ocupados por comunidades negras estão intrinsecamente relacionados a um processo histórico, ideológico político e cultural complexo, que vai nortear as práticas culturais que o grupo exerce no seu espaço, imprimindo assim suas especificidades étnicas estreitamente relacionadas a sua memória coletiva, revelando também a manutenção de tradições por meio de valores e princípios presentes nas famílias em relação à educação de seus filhos e nas práticas culturais vinculadas ao trabalho, ao meio ambiente, ao lúdico e crenças religiosas. Sendo assim, é preciso entender a dimensão simbólica que atravessa a constituição de um território racializado, como o quilombo (XAVIER, 2018, p.26).

Existe uma característica latente entre a relação dos povos racializados (originários, tradicionais entre outros) com a terra, que se difere da maneira com que os grupos não racializados se apropriam destes territórios. A relação de conexão com a terra, rompe com todas as ideologias coloniais presentes na sociedade, conflitando diretamente com a ideologia mercadológica. E essa relação se expressa não na figura de leis e títulos designados pelo Estado, e sim através da memória coletiva viva que “incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território” (Little, 1994).

Para muitas dessas comunidades, como no caso das comunidades de ancestralidade africana que é o foco deste trabalho, a religião é um dos maiores pilares para a conservação do meio ambiente. Para Barros (2019), as religiosidades de matriz

africana permitem que as formas de socialização humana se baseiem nas técnicas, saberes e modos de vida que permitem o uso racional e equilibrado dos recursos naturais, de modo que as próximas gerações também possam desfrutá-los em coletividade. O autor também traz que essa relação com os espaços e recursos naturais são responsáveis não só pela conservação do ambiente, mas também da “manutenção das relações socioculturais, soberania territorial, econômica, produtiva e indenitária. ”

Existe hoje um forte atravessamento do cristianismo na religiosidade das comunidades tradicionais, principalmente nas comunidades quilombolas, e isto gera uma multipluralidade nas formas de cuidados e modos de vida. Entretanto, continuam presentes os ritos e práticas de cura caseiros sejam eles realizados intuitivamente ou na presença de alguma representação mais velha da comunidade, conforme relatou Rodrigues (2012) em seu trabalho nas comunidades quilombolas de Ilha de Maré. Estes rituais e práticas estão intrinsecamente relacionados com as matérias primas que o próprio meio ambiente oferece aos sujeitos. Em relação as plantas utilizadas, por exemplo no preceito religioso é exigida toda uma cautela para utilizá-las, dependendo de questões de horário e do meio ambiente: depende do período do dia, sendo preferencial buscá-las pela manhã quando ainda estão com gotas de orvalhos. As ervas não podem não podem estar próximas as estradas, exceto quando se trata de folhas de Exu que devem ser usadas apenas aquelas da rua, de beira de estrada (BOTELHO, 2010).

Botelho (2010) ainda traz que, quando os terreiros de candomblé estavam em territórios rurais, havia uma preocupação de se manter no terreno um “espaço mato”, porém com a saída dos terreiros para centros urbanos, é quase impossível a existência de uma roça no próprio terreiro. Dessa forma fica explícito que o meio ambiente é fundamental para as comunidades tradicionais, pois ele é mais do que um espaço de representação econômica, mas também “o ‘chão’ das relações sociais, das representações do imaginário mitológico e religioso que guiam o saber e o fazer dessas populações sobre o meio físico em que habitam, incluindo as práticas de saúde, ou seja, o espaço físico pode ser considerado como parte integrante dessas populações” (LACERDA; MENDES, 2018).

O uso das plantas é um exemplo nítido da interdependência entre o indivíduo biológico, o social e o cultural, evidenciando que é dessa forma que as relações entre o ser humano e meio ambiente acontecem. Os registros encontrados revelam que desde os primórdios, existe uma ligação forte do homem com os vegetais como matéria prima afim de suprir suas necessidades básicas sejam elas para fins alimentícios, medicinais e ritualísticas, para construção de habitações e fabricação de objetos, fibras para cordas e tecidos ou extratos para corantes. E o que mantém esse sistema de saberes em funcionamento é o conhecimento tradicional (ROCHA, 2014).

Com a lógica neodesenvolvimentista de uso e apropriação do território para fins de mercado, o capital se insere no território, muitas vezes trajado do discurso do “uso racional” e “sustentável da natureza”, escondendo sua verdadeira face de expulsão e destruição dos povos tradicionais e/ou do próprio território, que interferem e inviabilizam seus modos de vida. Tudo isso corrobora com o esvaziamento simbólico em prol do capital, dialogando com a necessidade de apagamento de tudo que envolve uma espiritualidade ou qualquer coisa que não seja considerada racional, atravessada pelos ideais eurocêntricos. A modernidade, baseada no eurocentrismo, se refere somente à racionalidade, ciência, tecnologia etc., enquanto os povos que resistem a essa perspectiva, vivenciam a experiência de ser designado como inferiores e primitivos (QUIJANO, 2005; FERREIRA, 2016).

Em contraste, o papel que as populações tradicionais desempenham na exploração e manejo do meio ambiente, é de manter e transmitir informações sobre como utilizar aquele território de maneiras múltiplas, como sustentação de suas comunidades sem extrapolar os limites que venham a destruir aquele espaço, pois compreendem que a natureza não é apenas um recurso e sim parte constituinte de sua própria existência. É com base nesses saberes acerca da natureza, mantido por um modo de vida diferente e peculiar, que essas populações geram conhecimento que são selecionados, mantidos e repassados de geração a geração (ROCHA, 2014).

Dessa forma, o meio ambiente com o olhar racializado e despido do eurocentrismo, nos permite ponderar o peso que a destruição de um território tem na vida de comunidades que dependem dessa terra para existir e sobreviver. Considerar as

representações simbólicas que um território possui e que estão associadas a matéria, espiritualidade e modos de vida desses sujeitos nos faz compreender os posicionamentos contundentes de resistência e as movimentações para a preservação ambiental de povos tradicionais. As populações quilombolas brasileiras lutam pelo direito e responsabilidade de cuidar e de pertencer aos seus territórios, que carregam marcadores históricos e que, por si próprio, narra a história destes povos.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo qualitativo, baseado em entrevistas semiestruturadas e observação (de forma complementar), com registro em diário de campo. Para Oliveira

(2007), a abordagem qualitativa permite um processo de reflexão e de análise através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada dos sujeitos envolvidos em seu contexto sócio-histórico.

Segundo Minayo (2013), a pesquisa qualitativa se ocupa do nível subjetivo e das relações da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais. Dessa forma é possível analisar não só a linguagem por si mesma, mas também o contexto social e histórico que a oriunda e qual é o real significado por trás do enunciado de maneira a compreender as experiências, vivências e escolhas tomadas pelos sujeitos mediante as questões de saúde devido aos problemas ambientais.

Godoy (1995) aponta que abordagem qualitativa, nos permite utilizar a imaginação e criatividade, enquanto exercício de pesquisa, inclusive por não se apresentar como elemento rígido e inflexível levando os pesquisadores, a propor trabalhos que explorem novos enfoques.

4.2 O campo da Pesquisa

A Ilha de Maré fica localizada na cidade de Salvador, ao leste da Bahia de Todos os Santos e a 5 km do Porto Marítimo de São Tomé de Paripe, fazendo parte do distrito sanitário do Subúrbio Ferroviário e ao seu entorno está localizado o Porto de Aratu, na qual situam-se grandes empresas e indústrias transnacionais, além de ser divisa do município de Candeias. Segundo os dados do último Censo (2010), a Ilha possui cerca de 6.434 habitantes, traduzindo-se numa densidade demográfica de 3,85 hab/ha, sendo que 93% de sua população é declarada negra (pretos e pardos) e é composta pelas comunidades de Itamoabo, Botelho, Santana, Neves, Praia Grande, Bananeiras, Maracanã, Porto dos Cavalos, Ponta Grossa, Caquende e Martelo. A renda dessas comunidades é oriunda da pesca e mariscagem, além de realizarem grandes trabalhos com o artesanato, plantações de insumos como a banana, cana de açúcar, coco, dendê e também o turismo (ESCUADERO, 2011; BISPO, 2019).

Referente ao surgimento das comunidades quilombolas da Ilha de Maré, existem relatos de que o espaço territorial surge através da ocupação de negros refugiados dos engenhos, configurando os quilombos, enquanto o analista Claudio Bonfim alega que “a ocupação está ligada à Baía de Todos os Santos, quando navios negreiros encalhavam em recifes próximos e “os escravizados fugiam dos navios e se abrigavam na ilha””, segundo ele. (INCRA, 2017) entretanto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) registrou as comunidades de Bananeiras, Martelo, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos e parte de Praia Grande como quilombolas no ano de 2017-já que apenas estas citadas reivindicaram a titulação, através do processo de regularização, segundo consta no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação realizado por equipe multidisciplinar. Para além de ser quilombo, a Ilha de Maré possui a especificidade de ser insulana cercada por mangues e praias, entretanto, ao mesmo tempo, o centro da ilha assemelha-se a vilarejos rurais, com a presença de matos e gado circulando pelas ruas. Avançando para as bordas, em direção ao mar, observam-se as instalações dos povoados (BISPO, 2019).

Apesar do contato direto com a natureza, a Ilha está cercada de indústrias há aproximadamente 90 anos, considerando que o crescimento industrial da Baía de Todos os Santos se deu a partir da década de 30. Segundo Da Rocha et.al (2012), o início da exploração do petróleo conduzida pelo Governo do Estado da Bahia se deu entre os anos de 1960 a 1970 e a partir daí o desenvolvimento petroquímico passou a ser uma das fontes de desenvolvimento econômico do Estado. Ainda segundo a autora, o maior número de indústrias no recôncavo baiano está concentrado nos municípios de Simões Filho, Feira de Santana e Candeias, localizados a nordeste, noroeste e norte da BTS, respectivamente. Dessa maneira, não é incomum os casos de derrames de petróleo e seus derivados através de acidentes ou de vazamentos operacionais, além da degradação da qualidade das águas por efluentes domésticos e industriais, e drenagens, dentre outros.

As comunidades de Ilha de Maré e estudos realizados nas comunidades vêm denunciando a contaminação por metais pesados como zinco, cobre, chumbo, hidrocarbonetos nos sedimentos e na biota, que vêm desde então, degradando o

ecossistema causando destruição de seus corais através dos dutos petroquímicos (XAVIER, 2002), gerando escassez dos mariscos e peixes, fontes essenciais de renda e alimento para os sujeitos da região e trazendo riscos á saúde da comunidade como problemas respiratórios e, segundo o mapa de justiça ambiental: “a comunidade também tem sofrido com problemas respiratórios, de visão e outras doenças ligadas às substâncias químicas, como amônia, xileno, soda cáustica e nafta petroquímica” (LIS/ICICT/Fiocruz, 2014).

Em março de 2008, houve um derramamento de aproximadamente cinco mil litros de óleo lubrificante na Baía de Todos os Santos através de um navio de bandeira norueguesa, segundo matéria divulgada pela UOL na qual a comunidade mais atingida diretamente foi a comunidade de Bananeiras (FIOCRUZ,2018). Em dezembro de 2013 houve uma explosão de grande magnitude no Porto de Aratu em Candeias, causado por um grave acidente quando um navio descarregava benzeno e propeno para indústrias químicas que estão lá sediadas. Segundo fontes não oficiais originadas de trabalhadores do Porto, as comunidades mais atingidas pela fumaça devido ao vento foram Botelho e Neves e logo espalhou-se para as demais comunidades. Segundo a nota da Coordenação Estadual do Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras (MPP), publicada no Combate Racismo Ambiental: “Foi ouvida uma forte explosão, chegando a estremecer as habitações dos quilombolas [...]e espalhando um odor insuportável. As crianças estão passando mal e as comunidades estão em desespero com esta situação” (FIOCRUZ, 2018)

Em junho de 2018 outro acidente aconteceu, dessa vez ocasionado pelo vazamento de um duto da Petrobras que se rompeu, em Candeias, atingindo o Rio São Paulo. O terminal da Petrobrás em Candeias é o principal ponto de escoamento da produção da Refinaria Landulpho Alves-Mataripe (RLAM), que abastece o estado de Sergipe e a região norte da Bahia. Este rio é de extrema importância para as comunidades ao redor, pois segundo Eliete Paraguaçu, uma das lideranças quilombolas de Ilha de Maré, é um rio que possui um extenso manguezal com alta produção para as marisqueiras e pescadores. Após o acidente, o Ministério Público do Estado da Bahia informou que seria iniciado um inquérito para apurar o ocorrido (BRASIL DE FATO,

2018). É importante ressaltar que as comunidades quilombolas da ilha sempre estiveram ativas nas movimentações contra os constantes problemas ambientais vividos. Em setembro de 2010, o Observatório Quilombola anunciou que os impactos socioambientais da degradação causada pelo Porto de Aratu voltaram a ocasionar protestos. No dia 21 daquele mês, mais de 400 pescadores, quilombolas e marisqueiras de Ilha de Maré fecharam a entrada do Porto de Aratu para denunciar a grave situação de poluição química e degradação ambiental, além de reivindicar: ações mais eficientes dos órgãos ambientais; monitoramento permanente e controle da poluição; questionamentos sobre a ampliação do Porto de Aratu; ações de atenção à saúde; medidas reparadoras da situação criada pela poluição e por obras de dragagem realizadas a fim de viabilizar o trânsito de embarcações até o terminal.

É possível perceber o descaso da prefeitura de Salvador frente a Ilha de Maré, as comunidades possuem apenas duas escolas sendo que a de educação infantil fica localizada na comunidade de Porto dos Cavalos, a de ensino fundamental é localizada em Praia Grande e quando as crianças vão para o ensino médio devem se deslocar para o subúrbio ferroviário, através do Porto Marítimo de São Tomé. Em relação à saúde, Ilha de Maré possui apenas uma Unidade de Saúde da Família (USF) - localizada em Praia Grande - para dar conta de todas as comunidades e quando precisam de emergência hospitalar se deslocam para Candeias ou atravessam o mar para o continente, quando possível devido às condições climáticas.

4.3 O processo de produção de dados

A população participante do estudo foi os residentes de algumas das comunidades quilombolas de Ilha de Maré, priorizando uma amostra heterogênea de seis pessoas de modo a dar visibilidade as múltiplas polifonias presentes nas comunidades. O contato com os participantes foi efetuado a partir da disponibilidade dos sujeitos através de visitas realizadas durante a idas de campo das atividades da professora Dr^a da Escola de Enfermagem, Climene Laura Camargo, em que eu aproveitava a carona do barco

para chegar até a comunidade de Ilha de Maré, mas também fui por conta própria as comunidades de Martelo e Porto dos Cavalos.

Dessa maneira, os critérios de inclusão do estudo foram: residentes das comunidades quilombolas certificadas e registradas pela Fundação Palmares, cujos territórios foram exploradas previamente durante atividades realizadas pela disciplina de tirocínio docente (Praia Grande, Porto dos Cavalos, Ponta Grossa, Martelo já que não possuem limites territoriais entre uma e outra); maiores de 18 anos; com vinculação ativista ou não; tanto do sexo feminino como do sexo masculino considerando as possíveis diferenças de narrativas dos pescadores e das marisqueiras. Os critérios de exclusão foram pessoas que não residem nas comunidades registradas como quilombolas, menores de 18 anos e maiores de 60 anos por pertencerem ao grupo de risco da COVID-19; que possuíam alguma alteração emocional ou cognitiva que não as possibilitassem participar das entrevistas.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas sete pessoas que se autodeclararam negras, no que tange ao gênero foram cinco mulheres e dois homens, sendo estes: 1) Elza Soares, moradora de Praia Grande e com 60 anos na época; 2) Conceição Evaristo, moradora de Martelo, 35 anos; 3) Carolina de Jesus, moradora de Martelo, 30 anos; 4) Dandara, moradora de Porto dos Cavalos, 56 anos; 5) Sueli Carneiro, moradora de Porto de Cavalos, 33 anos; 6) Abdias Nascimento, morador de Ponta Grossa, 18 anos; e 7) Zumbi dos Palmares, morador de Porto dos Cavalos, 63 anos.

Os sujeitos da pesquisa se autodeclararam negros e possuíam, na época em que os dados foram coletados, idade entre 18 a 63 anos. Em relação a organização social, três deles são ativos em movimentos em prol das comunidades da Ilha de Maré disputando espaços na liderança comunitária.

Conforme pode ser inferido, a partir dos nomes atribuídos às/aos entrevistados acima referidos, a fim de preservar as identidades dos sujeitos, foram adotados nomes de ícones importantes para a cultura negra. A fim de diferenciar os entrevistados de

alguns ícones da literatura referenciados no estudo, será acrescentado o elemento adicional “mor.” como diminutivo de morador (a).

Antes de dar início as entrevistas, foi apresentado aos sujeitos participantes o termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE A). A coleta de dados foi realizada através de entrevistas narrativas individuais, com perguntas norteadoras baseadas no referencial teórico adotado. Para Bauer (2002), as narrativas

são ricas de colocações indexadas, a) porque elas se referem a experiência pessoal, e b) porque elas tendem a ser detalhadas com um enfoque nos acontecimentos e ações. A estrutura de uma narração é semelhante a estrutura da orientação para a ação: um contexto e dado; os acontecimentos são sequenciais e terminam em um determinado ponto; a narração inclui um tipo de avaliação do resultado. [...] A narração reconstrói ações e contexto da maneira mais adequada: ela mostra o lugar, o tempo, a motivação e as orientações do sistema simbólico do ator. (p.92)

Logo, esta técnica foi considerada melhor adequada por possibilitar que mesmo nas falas individuais e particularizadas das experiências dos sujeitos, possam estar presentes elementos socioculturais bem definidos, sobretudo o discurso coletivo considerando a realidade dos lócus da pesquisa que se trata de quilombo, neste caso (BAUER, 2002).

É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas presencialmente durante a pandemia do Corona Vírus (COVID-19) no ano de 2021 e que foram adotadas todas as medidas de cuidado recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que preconizava, no período em que foram realizadas, o uso de máscaras e distanciamento social de no mínimo um metro e meio entre a pesquisadora e seus entrevistados. Além disso, foi levado álcool gel 70 para higienização de mãos e materiais utilizados durante as entrevistas (gravador, caneta...). As entrevistas foram realizadas a céu aberto, na parte externa das residências de modo a evitar ambientes fechados.

As entrevistas foram gravadas através de um aparelho digital e foram registradas também através de um diário de campo, alimentado desde o pré campo, a fim de registrar detalhes do campo e dos entrevistados.

Foi realizado o processo de transcrição, leitura e organização das anotações dos diários de campo alimentados desde o pré campo. A análise dos dados ocorreu logo

após a coleta, devido à dificuldade de acesso ao campo durante a pandemia da COVID-19, dessa forma, a coleta dos dados ocorreu em uma semana apenas.

Após a finalização da transcrição e organização, foi realizado o processo de descrição dos achados, a partir da construção das duas categorias de análise, sendo estas: 1) Problemas ambientais no espaço territorial quilombola: percepções da comunidade; 2) Imbricações entre racismo, problemas ambientais e processos de adoecimento. Nesse processo, houve a análise do material e interpretação dos resultados a partir do referencial teórico abordado que possibilitou essa divisão, correlacionando-o com as narrativas dos entrevistados com o intuito de atribuir sentido aos achados e sob a luz da Antropologia Interpretativa das Culturas, baseando-se na perspectiva de hermenêutica das culturas em que, a interpretação do pesquisador deve ser moldada pela questão em que a temática está sendo abordada, ou, tematizações de respostas às questões que os diferentes intérpretes levantaram (PROCHNOW; LEITE; ERDMANN, 2005).

Geertz (1978) coloca que “a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade. ” Assim, a análise interpretativa propõe uma interpretação das culturas baseadas nos contextos sociais e das relações microscópicas, considerando que as narrativas dos sujeitos são perpassadas não somente pelas suas vivências, mas também pelo contexto sócio-político em que estão inseridos. As incertezas e ambiguidades são parte do processo de análise, pois é entendido que as tentativas de explicações, em um contexto particular, se deparam com inúmeras dificuldades (PROCHNOW; LEITE; ERDMANN, 2005).

Dessa forma, a análise foi realizada compreendendo em que contexto as narrativas foram extraídas e em que contexto está situada, partindo da realidade em que os sujeitos participantes estão inseridos.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia e está registrado na Plataforma Brasil, com o número do parecer: 4.562.661 e CAAE: 0163320.4.0000.5030.²

² Por ocasião da submissão ao CEPISC o título do projeto era “Perspectiva racializada sobre a consequência dos problemas ambientais na saúde de Ilha de Maré: sentidos e estratégias de resistência no território quilombola

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Problemas ambientais no espaço territorial quilombola: percepções da comunidade

Os quilombos tratavam-se (na pré abolição) de organizações sociopolíticas e militares, que perpassavam por sentimentos dolorosos de distanciamento de seus lugares de origem, de tratamento enquanto mercadorias, de servidão forçosa e de alteração forçosa de seus hábitos originários de suas terras natais (MUNANGA, 1996; OLIVEIRA, 2014). Assim, é possível tecer conexões de como se dá a engenharia contemporânea dos problemas vivenciados pelas populações quilombolas espalhados pelo Brasil e até mesmo compreender a forma que o Estado e outras instituições os invisibilizam, sendo parte de um mecanismo histórico de violência e impunidade.

Funari & De Carvalho (2005) descreveram em seu trabalho os ataques sofridos à Palmares em toda sua estruturação e organização e, infelizmente, os remanescentes de quilombos passam, apesar das leis e luta dos movimentos negros para garantia de direitos e de proteção de seus territórios, pelos mesmos problemas até hoje como parte de um projeto vívido e cruel de aniquilação da continuidade ancestral africana que se renova e se aprimora dia após dia.

Assim, nesta seção serão apresentados a percepção de alguns sujeitos, moradores das comunidades quilombolas de Ilha de Maré, em relação a uma das facetas do sofrimento vivenciados por eles em relação ao meio ambiente em que vivem, a partir de um olhar racializado. Mas antes de tudo, é preciso compreender de que forma está configurado o espaço quilombola da Ilha de Maré e como que as contaminações ambientais afetam a comunidade.

A partir da definição de território e espaço conceituada por Milton Santos (1978) e trazida no referencial teórico, cabe nessa pesquisa adotar “espaço” como conceito mais apropriado para se referir aos territórios quilombolas de Ilha de Maré. Se “espaço” diz respeito ao território em sua ocupação, historicidade e contexto, faz mais sentido olhar para ele desta forma. E destaca-se que “território”, quando utilizado, será através desse conceito.

A perspectiva racializada surge da necessidade de se aprofundar das narrativas de sujeitos negros a partir de uma concepção de raça como construto social que interfere diretamente nas condições de vida e saúde da população negra, sendo assim um determinante social importante.

O espaço territorial da Ilha de Maré é organizado como uma grande família na qual os sujeitos possuem algum grau de parentesco, por causa de algum ancestral em comum, como de fato os quilombos são descritos. Enquanto as entrevistas aconteciam, se passava alguém do lado de fora do local, as pessoas se cumprimentavam rapidamente e ao voltar para a entrevista, diziam que era um primo ou prima que havia passado (Diário de Campo, dia 2). Elza Soares (mor. da comunidade) fala que mesmo sendo de Praia Grande, a sua relação com as pessoas das comunidades vizinhas é boa “[...] é assim... A relação é de vizinhança mesmo. Todo mundo se conhece. Todo mundo” (sic). Como Marques e Gomes (2013) definem “remanescente de quilombo” (p.19), todos se conhecem em alguma medida por nome ou por apelidos, principalmente os moradores das ilhas coladas umas nas outras.

Uma característica forte da ilha, diz respeito a presença constante das mulheres. Por se tratar de um espaço quilombola composto por marisqueiras e pescadores, a dinâmica organizacional da maioria das famílias implica na ausência constante dos homens por conta da saída para a pesca e as mulheres passam maior tempo em casa por conta da dupla jornada de trabalho de mariscar e cuidar da casa. Assim, é muito mais fácil encontrar as mulheres nas comunidades que os homens e isso fica notório na presença majoritária das mulheres nas narrativas coletadas.

O trabalho de homens na extração do marisco ocorre quando estes não dispõem de recursos para adquirir canoas para participar da pesca, ou em situações de invalidez parcial ou ainda quando idosos. Portanto, são os valores e as condições econômicas que proporcionam a divisão do trabalho por sexo, caracterizando assim uma condição de gênero em que a mulher assume a centralidade no desenvolvimento dessa modalidade de pesca artesanal (PENA, FREITAS, CARDIM, 2011, p. 3387).

É possível dizer que, na verdade, a mulher da Ilha de Maré assume a centralidade não apenas de suas atividades domiciliares ou da pesca artesanal, mas também de todas as atividades realizadas nas comunidades, desde os conflitos às resoluções. Elas assumem uma posição ancestral matriarcal e de matrilinearidade que já se fazia presente nas organizações familiares africanas pré-coloniais e, apesar do machismo que a sociedade contemporânea vivencia, elas seguem exercendo sua

função de destaque e de eixo de uma comunidade como Moore (2007), Diop (2014) e Njeri (2020) abordam em suas obras.

Existe um conflito intrínseco nas comunidades remanescentes de quilombos da Ilha de Maré que diz respeito a pertencer ou não a uma propriedade privada e/ou coletiva, que rompe com a premissa de coletividade preconizada nos quilombos, segundo o referencial teórico. A ideia de pertencimento a uma etnia que resistiu a escravidão por meio de organização coletiva é atravessada pelo capitalismo e gera diversos desdobramentos nas subjetividades dos sujeitos. Na teoria, comunidades remanescentes de quilombos possuem suas práticas enraizadas na cultura local, mas no dia a dia, muitas vezes, isso se torna distante e utópico.

Isso fica evidente diante da situação vivenciada de não titulação de outros espaços territoriais do bairro, que se desconecta com as definições teóricas sobre a identidade quilombola. A titulação necessita do auto reconhecimento da comunidade como espaço quilombola, e em um diálogo durante as visitas de observação pré-campo, uma das moradoras comentou que as demais comunidades não aceitaram o título pois, com a titulação, a terra é tombada como bem coletivo, tornando impossível a comercialização de terrenos na Ilha (Diário de Campo, dia 1). Essa premissa de não comercialização é verdadeira e está de acordo com o art.17 do Decreto 4887/03, que “prevê a obrigatoriedade de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade, da terra, não se mostrando possível a sua alienação (BRASIL, 2003)”, ou seja, não pode ser vendida uma terra que pertence ao coletivo e que é protegida pela União.

Essa visão dos sujeitos das demais ilhas é um sintoma muito violento de como o capitalismo e neoliberalismo é nefasto e destrói todas as tentativas de proteção da história e cultura do Brasil. Seria injusto fazer julgamento a esses sujeitos por pensar e agir dessa forma, já que vivemos em uma sociedade que cobra muito caro para existir. Quando se trata de povos invisibilizados, esse olhar de cuidado e de compreensão deve ser ainda mais afluído. Se tratam de povos que não possuem o básico e que buscam, incessantemente, melhorar suas condições de existência.

O bairro é composto por mangues e praias, e lá, os moradores possuem (literalmente) no quintal de casa acesso direto a estes recursos naturais. A colocação dos entrevistados sobre essa relação entre eles e o meio ambiente é bastante positiva,

reconhecem que são parte daquele território e que suas existências perpassam pela existência da natureza. Conceição Evaristo, uma das entrevistadas, pontua que ao acordar, o mar e as paisagens naturais são a primeira coisa que ela vê e que para além disso, diz que a sua vida com a natureza é todo o momento pois também vive da pesca, como a maioria dos quilombolas da comunidade:

A todo momento a gente tem todo tipo de relação com a natureza porque quando a gente acorda a gente já vê o mar, quando a gente acorda já tem as paisagens. Então a gente vive da pesca, então a nossa vida com a natureza é todo momento. (Entrevista cedida por Conceição Evaristo, mor. da comunidade de Martelo, 35 anos, junho, 2021).

A relação com a natureza da Ilha de Maré transcende a beleza que o espaço possui. Ela ocupa um lugar de sobrevivência para àqueles que ali habitam. É o local onde a população retira o seu alimento, mas também é desse mesmo espaço territorial que a comunidade quilombola também retira seu sustento. Essa relação perpassa, segundo Silva et al, (2021) pelo

Processo de colonização brasileiro que impôs desde o início através de um sistema complexo, de cosmologia ocidental, cuja visão particular das relações entre ser humano e natureza tinha como base os interesses teológicos e da corte. A terra, o solo e tudo aquilo que dele crescesse se transformava em mercadoria a partir de um novo sistema epistemológico, no qual a natureza era vista sob uma lógica de produtos agrícolas e de extração maciça de recursos naturais. (Silva et.al, 2021, p.113)

Os mariscos e pescados retirados da natureza ocupam o valor de mercadoria, não somente por se tratar de material de consumo da população, mas também como o meio de produção. Sacramento (2015) pontua que: “[...] para nós [povos quilombolas e originários] as coisas não são mais importantes que as pessoas, as riquezas naturais têm valor para garantir sustento essencial, não para subsidiar excessos e privilégios”. Essa relação também dialoga visceralmente com a concepção de espaço que Santos (1985) determina e discute sobre a interligação entre o homem, o ambiente ecológico, empresas, as instituições e suas infraestruturas. Em determinado momento, esses elementos estão tão imbricados que já não é possível desassociar um dos outros, estão todos se movimentando no eixo do capitalismo.

Durante o período em que as contaminações aconteceram, além de ficarem impedidos de se alimentar dos pescados, os moradores sofreram com a dificuldade em vender os mariscos e peixes por conta do risco de contaminação. Segundo os relatos dos moradores entrevistados, eles costumam vender seus mariscos

majoritariamente na Feira de São Joaquim³ e alguns outros em Candeias. Somado a isto, os entrevistados colocam que ao longo dos anos, espécies marítimas foram desaparecendo do bioma. Eles percebem e vivenciam que qualquer desregulagem ecológica afeta diretamente a economia local, pois a ilha se movimenta através da pesca e mariscagem. Zumbi dos Palmares (morador da comunidade), inclusive coloca que, com o derramamento de óleo que acontece em alguns locais da baía, “às vezes, tem algumas pessoas mal informadas que jogam na imprensa que tá prejudicando o marisco, que tá tudo poluído e naquela, o povo vai pra feira vender e não vende” (sic).

Elza Soares, relata como é a organização financeira da ilha:

[...] O fortalecimento comunitário que tem que estar atuante realmente. Aqui mesmo. O capital de giro é aqui dentro. É dessa forma: um vende o peixe, o coco, outro vende marisco, um compra o marisco do outro, outro vai pra... Quando ta na época de praia, muita gente ia vender nas barracas de praia. Quer dizer, gira a economia... Gira em torno da comunidade mesmo. Existem coisas que a gente não... Tem coisas que não tem o que fazer aqui na comunidade, porque hoje mesmo saiu um barco daqui. Toda sexta-feira sai um barco daqui, cinco horas da manhã pra Feira de São Joaquim. Esse barco leva as mercadorias, os balaios, tudo que as pessoas vendem e as pessoas já fazem suas compras, quem tem mercadinho aqui e quem não tem, fazem suas compras, suas feiras de lá pra cá. (Entrevista cedida por Elza Soares, mor. da comunidade de Praia Grande, 60 anos, junho, 2021).

3 A Feira de São Joaquim nasce como Feira do Sete em abril de 1934, situada nos dias atuais entre a Rua Israel e o Moinho Salvador. Era frequentada por moradores do Barbalho, Saúde, Santo Antônio Além do Carmo. A Feira foi transferida para a enseada de Água de Meninos na primeira metade do século XX, devido a um incêndio (Paim, 2005; p. 27). Ainda em Água de Meninos, após constantes fiscalizações e padronizações da Feira pelo Estado da Bahia entre a década de 40 e 60, após dois grandes incêndios em 1964 (um seguido do outro com 4 dias de intervalo), a Feira passa por um processo de mudança para São Joaquim – apesar de ter havido o desejo da transferência de localidades anos antes (Paim, 2005; p. 55 – 57). A nova feira foi implantada na Avenida Oscar Pontes, no distrito do Pilar, na Cidade Baixa, em 8 dezembro de 1964, feriado de Nossa Senhora da Conceição da Praia para os católicos, com precárias instalações hidráulicas, elétricas e sanitárias, próximas à enseada de São Joaquim. Ao final da década de 60, a Feira de São Joaquim era vista como o "mercado do pobre", mas cresceu exponencialmente e se transformou no supermercado do povo (Paim, 2005; p.74).

“Atualmente a Feira de São Joaquim é um dos locais mais emblemáticos de Salvador e é considerada um verdadeiro tesouro cultural e histórico, sendo um importante ponto de encontro para os baianos e turistas que visitam a cidade. É um verdadeiro mercado popular, onde se pode encontrar de tudo um pouco. Desde frutas, verduras e temperos frescos, até roupas, artesanatos, objetos de decoração e produtos religiosos” (Trecho retirado do site (<https://feiradesaojoaquim.com/>)). Estima-se ainda que, em média, de 20 a 30 mil pessoas frequentem diariamente a feira, atendidos e servidos por 5 mil feirantes —fixos, mais 2 mil circulantes, totalizando algo entre 7 e 7,5 mil trabalhadores, universo do qual 20% são mulheres, 80% são homens; 80% são negros e 75% tem mais de 50 anos de idade. Maioria de pretos e pardos, do sexo masculino e um alto percentual de idosos (Souza, 2020; p. 28-29).

Um exemplo mais concreto dessa dependência intrínseca dos moradores para com o espaço territorial foi durante a pandemia de COVID-19. Com a alta do desemprego e dificuldade financeira de muitos, ser morador da ilha foi um fator positivo já que eles consumiam o que o próprio território lhes oferecia, sem ao menos se preocupar com o impacto econômico. O mangue, o mar e as árvores frutíferas deram conta da sobrevivência principalmente pela dificuldade em atravessar a ilha para vender seus mariscos e peixes no continente, mediante ao isolamento.

Haesbart (2004) discute territorialidade e multiterritorialidades de uma forma que endossa o processo vivenciado na Ilha de Maré. O autor traz que existe uma perspectiva que trata o território através do cunho político ou econômico (através de grupos de poder, que nesse caso seriam as empresas) e outra que diz respeito a apropriação do território pelos grupos subalternizados. Para as empresas poluentes, o território quilombola é simplesmente um espaço de produção, enquanto para os quilombolas, a relação é completamente diferente, pois apesar de perpassar pelo valor socioeconômico, como já fora discutido, o valor “geossimbólico” de lar, segurança afetiva e de identidade ainda se sobressai, como a moradora Carolina de Jesus relata abaixo.

Aqui é o lugar... Ah, agora que a gente está vendo essa pandemia, aqui é um lugar maravilhoso pra gente sobreviver né? E tem o mar, a dificuldade do desemprego, que não tem emprego pra ninguém. E aqui tem um mar pra gente sobreviver. E o verde, a natureza, tudo de bom.” (Entrevista cedida por Carolina de Jesus, mor. da comunidade de Martelo, 30 anos, junho, 2021).

Com tantos episódios de contaminação, os moradores contam as mudanças ambientais que são perceptíveis ao longo de suas vidas. O impacto que as contaminações geraram no solo e na atmosfera causando desaparecimento também das espécies frutíferas na Ilha de Maré é inegável, e este fato contribuiu para o prejuízo na renda familiar dos moradores dos territórios acometidos, pois mesmo que não vendessem as frutas que retiravam das árvores espalhadas pela Ilha, anteriormente não era preciso comprá-las nas feiras ou mercados das regiões ao redor. A moradora Sueli Carneiro traz em sua narrativa a lembrança de como era o espaço territorial em que morava, comparando com a realidade em que se encontram agora:

Ó... Nós somos muito prejudicados aqui, né? Na minha infância... Eu alcancei... A gente tirava quantidades de mariscos, de peixes aqui... e [hoje] isto não está bom. Devido as contaminações, né? A poluição, ao meio

ambiente, ao mar... Isso tudo deixou a gente muito, né? Só a perder. Porque hoje você vai no mar, é difícil encontrar os mariscos que você encontrava antigamente, né? Tá tudo escasso, não tem mais. 'Cê vê hoje os manguezais estão se destruindo, do nada você vê as coisas se destruindo e você não entende porquê. Porque o mar sobrevive da água salgada e os manguezais estão morrendo né? Então é espécie de alguma química braba que está tendo aí e está poluindo, né? (Entrevista cedida por Sueli Carneiro, mor. da comunidade de Porto dos Cavalos, 33 anos, junho, 2021).

Elza e Zumbi reiteram a observação e trazem a percepção sobre a contaminação pelo ar. Ambos citam que os gases têm matado as plantas e que há no território o fim dos coqueiros, bananeiras e principalmente as mangueiras (árvores de fácil germinação), após a chegada de mais empresas no Porto de Aratu. Elza diz que em aproximadamente cinco anos tudo isso passou a se deteriorar:

[...] tinha lugar que só tinha roça de banana. Como você está vendo ali? Era tudo bananeira, mangueira... E agora não tem mais, morreu tudo. Entendeu? Se você faz um passeio por dentro das trilhas que a gente vai para as comunidades, você vai ver que está tudo seco, as árvores estão todas secas, entendeu? Eram muitas árvores, muitas mesmas. O pessoal vinha veranejar, quando vinha os barcos.... A gente não aguentava o cheiro das mangas que o pessoal levava. Eram sacolas e mais sacolas de manga. Hoje a gente compra manga na cidade. (Entrevista cedida por Elza Soares, mor. da comunidade de Praia Grande, 60 anos, junho, 2021).

Assim, o território que antes possuía incontáveis riquezas naturais, vegetação e fauna própria que servia de remédio e alimentos de seu próprio povo, torna-se fonte de exploração de empresas, bem como Milton Santos (2007, p.142) discute no conceito de fixos e fluxos. O autor traz que enquanto os fixos públicos buscam promover uma justiça social, os fixos privados respondem apenas ao mercado, com objetivos meramente lucrativos. No caso de Ilha de Maré, essa relação aparece muito forte quando observamos que as empresas do entorno da Baía se apropriam do território, que tem um significado diferente, importante e vital para seus pertencentes, mas estão ali apenas para explorar, retirar e destruir o ambiente ecológico sem trazer retorno algum para as comunidades. Não existem projetos, não existe diálogo, não existe respeito à cultura, à identidade e às heterogeneidades da população que lá habitam e como acontece em diversos outros espaços territoriais espalhados pelo Brasil, quando aquele espaço periférico não puder oferecer mais lucro, será descartado, abandonado e invisibilizado por essas empresas.

Não surpreendentemente, já é uma realidade. Durante o pré campo, nas visitas ao território em 2019, uma moradora contou que atualmente os trabalhadores da Petrobras já não precisam mais se deslocar até a Ilha para ativar o funcionamento das

tubulações, pois o mecanismo já estava automatizado. Com apenas um botão, é possível realizar a extração do material a ser coletado sem pisar os pés nas comunidades e é, obviamente, um recurso facilitador para os fixos privados, trazem consequências importantes para os quilombolas, como por exemplo a ausência de manutenção, gerando vazamentos, acidentes, entre outros. A entrevistada à moradora Carolina de Jesus também caracteriza precisamente, em sua narrativa, o conceito de fixos e fluxos vivido pela comunidade:

A Petrobras tirou muito daqui. Na época... já é mais de sessenta e poucos anos, como os mais velhos dizem, que a Petrobras está na comunidade. Mas só fez tirar. Não vi nada de diferente. A única coisa que o povo fala que a Petrobras trouxe, é esses dois centros comunitários que tem aqui. Tem uma história de que eles queriam fazer um colégio, aí deu a ideia de fazer esse centro pra poder abranger tipo como um colégio. Mas não foi a prefeitura, foi a Petrobras pra poder ressarcir um pouco do que elas tiraram daqui. Só que fora isso, a questão da ponte aí como eles foram embora, tirou o que eles quiseram e a ponte está aqui se acabando. Aí quem é que vai melhorar? A gente já procurou a prefeitura, pra poder ver e dar manutenção, porque daqui uns dias não vai ter e muita gente pode se machucar. Mas aí já diz que é com a Petrobras. Aí a gente vai ter a estratégia de conversar com a Petrobras, porque que vocês nos abandonaram? Cheguem pra ajudar...Venha, é.. melhorar a ponte novamente, entendeu? (Entrevista cedida por Carolina de Jesus, mor. da comunidade de Martelo, 30 anos, junho, 2021).

Carolina de Jesus fala da ponte que liga Candeias à Martelo que a Petrobras criou para facilitar o acesso de seus trabalhadores à Ilha. A ponte é utilizada por todos os moradores desde então e, como ela contou, atualmente se encontra em condições precárias. Para chegar até a comunidade de Martelo, é muito melhor atravessar o mar de Candeias até lá pois é mais perto que o trajeto vindo de Praia Grande. A ponte tem pedaços de tábuas faltantes e percebe-se que não tem manutenção há anos (Diário de Campo, 1). Torna-se mais um exemplo concreto do conceito de fixos explorado por Milton Santos (2007, p.142).

5.2 Imbricações entre racismo, problemas ambientais de adoecimento

Apesar das políticas públicas criadas voltadas às comunidades quilombolas, a Ilha de Maré passa por muitos problemas de injustiças sociais, desde dificuldades estruturais de saneamento básico, perpassando por dificuldades de acesso aos serviços de saúde e ainda sofrem com o estigma e preconceito dos moradores das cidades do entorno que têm uma visão equivocada de como vivem os quilombolas.

O racismo [...] impacta na falta de infraestrutura que [aqui] não tem. A gente

não tem saneamento básico. O saneamento básico que eles queriam fazer numa ação do Governo do Estado, a SEDUR, que é a Secretária de Desenvolvimento Urbano, quando... quando o secretário era Afonso Florence. Ele se propôs... recebeu a gente lá na na SEDUR, fez uma estrutura junto com a Embasa pra poder fazer esse saneamento básico. Passou uns meses os representantes da SEDUR vieram aqui onde você está, trouxe a planta pra gente, trouxe tudo direitinho do saneamento básico, inclusive Elivandro ia passando e chamei Elivandro pra poder participar. [...] E aí eles nunca mais me deram resposta. Mostraram que tinha verba, que já ia fazer a licitação e até hoje não apareceu o saneamento básico. (Entrevista cedida por Elza Soares, mor. da comunidade de Praia Grande, 60 anos, junho, 2021)..

Para além da contaminação ambiental que existe, oriunda das empresas privadas que violentam o espaço territorial dos quilombolas de Ilha de Maré, a invisibilidade governamental ao aspecto básico de uma população é estarrecedora. A falta de acesso ao saneamento básico é um índice fundamental para compreender marcadores sociais no país e exponencia as injustiças sociais para determinados grupos etno raciais. Imprescindível destacar que dos quase 210 milhões de brasileiros, 16,38% não têm acesso à água da rede pública, com um agravante, de que a água fornecida não é de qualidade para beber; sendo que 46,85% dos brasileiros abastecidos com água não têm acesso a drenagem de esgoto e 53,35% não têm o esgoto tratado (BRASIL, 2019).

Em relação ao estigma, a Carolina de Jesus diz: “[...] as pessoas [de fora da Ilha] que me perguntam, acham estranho assim. Tipo... Essa é a forma deles pensarem, né? ‘Vocês assim, tão arrumados?’ (sic)”.

Mas sobre o que significado do que é ser quilombola, a mesma sente-se insegura de explicar, relata que gostaria de que alguém externo fosse à Ilha dizer o que de fato significa ser. Entretanto, segundo ela, se orgulha do título adquirido por conta da história de seus antepassados, apesar de algumas pessoas rejeitarem essa identidade:

[...] se a gente consegue se aprofundar mesmo [na história] e entender o significado disso, tanta gente não ia se sentir envergonhada em dizer que é quilombola. Mas eu acho que essa situação do Quilombo é impactante e eu queria muito que as pessoas entendam. Até eu também gostaria muito que tivesse uma palestra falando a respeito. Porque a gente tem o título, mas eu mesma, não sei tanto o significado importante que há, entendeu? (Entrevista cedida por Carolina de Jesus, mor. da comunidade de Martelo, 30 anos, junho, 2021).

Mesmo com a insegurança no que tange ao conceito, causada por questões estruturais como falta de acesso ao conhecimento e informações, os entrevistados

também acreditam que a herança ancestral de resistência negra é o que os mantém como povos quilombolas, assim como o INCRA descreve. De acordo com a literatura, a trajetória dos povos tradicionais é marcada por lutas e enfrentamentos tanto na esfera física quanto política. Desde as organizações de Palmares, em que os quilombolas se organizavam em peso por volta de 1630, contra os portugueses e os holandeses, passando pela destruição do quilombo, em 1964-1965 em que Zumbi foi encontrado morto, até as movimentações contemporâneas dos movimentos negros articulados que, em 1988 conseguem pautar na Constituição Federal Brasileira, o direito às terras para os quilombolas (Funari & De Carvalho, 2005).

Juntamente a este orgulho, vem a percepção dos moradores de que existem sim problemas ambientais na Ilha e o reconhecimento que este território é constantemente atacado e tratado com descaso. Durante as conversas, todos afirmaram que a contaminação vem prejudicando o meio ambiente em que vivem e confirmam associação direta desse fato com a saúde dos sujeitos que ali habitam.

Quando questionados sobre de que forma as contaminações tem atingido a comunidade, todos falam sobre os odores gerados pelos gases que incomodam bastante por se espalhar facilmente pelo ar e que tem gerado problemas respiratórios além das coceiras, mas Sueli Carneiro traz um relato diferenciado e alarmante sobre a comunidade:

A saúde hoje em Ilha de Maré, tem um grande número de pessoas convulsivas, né? Pessoas que estão adquirindo problemas de convulsão, epilepsia, são doenças assim... Outrora teve uma menina que morreu com uma doença tão terrível que a gente nem descobriu, nem os médicos diagnosticaram que doença era aquela soltando a pele do corpo todo, 'tendeu'? Teve que enterrar, não pôde nem abrir o caixão da menina, então a gente se pergunta, de onde tá vindo essas doenças que não tinha aqui? E nós temos assim em nossa fronteira, tantas empresas que estão contaminando a gente de todos, de todos os jeitos, né? Então a gente fica de braços atados porque a gente tem representante, mas não tem resposta de nada que eles vão buscar lá fora. Então é o mesmo que a gente não ter. A gente fica de mãos atadas. Porque a gente não sabe nem o que fazer ou a quem recorrer, porque se eles dizem que já foram lá recorrer e a gente não sabe o que foi que eles resolveram lá, não adianta nem a gente saber que eles foram, né? (Entrevista cedida por Sueli Carneiro, mor. da comunidade de Porto dos Cavalos, 33 anos, junho, 2021).

Durante as visitas no campo, era possível ver as chaminés das indústrias ao entorno das ilhas exalando fumaça durante o dia, mas não consegui sentir nenhum odor característico. Entretanto, também foi possível escutar em determinados momentos aleatórios apitos que ecoavam na Ilha oriundo das fábricas. Uma das

coisas mais alarmantes durante a caminhada pelos territórios foi a presença de tubos no meio do caminho e em torno da vegetação. Uma moradora afirmou que anteriormente, as crianças costumavam tropeçar nas tubulações pois eram elementos que se destacavam do cenário territorial (Diário de Campo, dia 1.)

Abdias do Nascimento, o entrevistado mais jovem de 18 anos de idade e morador de Ponta Grossa, fez parte de “um movimento ou curso (sic)” administrado pela própria Petrobras, em que ele era um dos pesquisadores que investigava a escassez das espécies marinhas, no qual ele “limpava, ajudava a coletar coisas do mangue, estudando as espécies que já estavam ameaçadas e que está sendo prejudicada com isso [contaminação] e tal (sic)”, e complementa dizendo que os resultados não apresentaram nada de diferente do que eles já estão acostumados a ver diariamente. Zumbi dos Palmares, 63 anos e morador de Porto dos Cavalos, em sua narrativa complementa dizendo que a Fiocruz também esteve na comunidade fazendo pesquisa: “[...] veio aí cortando o cabelo das crianças, fazendo exames que deu chumbo, deu cárie, deu par de coisa, deu mercúrio, deu um bocado de coisa no sangue, dizendo ela [a responsável pela pesquisa], né? (sic)”.

Em 24 de janeiro de 2023, Rafael Martins do portal de notícias *Mongabay* publicou uma matéria sobre o racismo ambiental vivenciado pela Ilha de Maré e afirmando que existe “uma pesquisa que está sendo realizada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) com crianças locais, foi detectada uma concentração de metais pesados como cádmio e chumbo quatro vezes maior do que o permitido pela Organização Mundial da Saúde (OMS)” (Martins, 2023). Esse dado vai de encontro e reforça a percepção dos moradores das comunidades.

Além da falta de atuação das empresas exploradoras no território, existe um problema de gestão da prefeitura que também age como se a Ilha de Maré não fizesse parte da cidade de Salvador, mas também o governo da Bahia e o governo federal, se isentam das responsabilidades políticas e não atuam firmemente contra essas empresas que tomaram posse da Baía de Todos os Santos. Elza Soares traz em seus posicionamentos a percepção sobre a negligência vivenciada. Para ela, há de fato um descaso do poder público que permite a implantação de portos industriais ao entorno de comunidades, mesmo sabendo dos riscos e problemas que poderiam vir a acontecer. Ela completa dizendo que “[...] já foi denunciado até nas organizações

unidas em outros países e em todas as esferas em Brasília e tudo e ninguém toma providência. Então eu acho que realmente é discriminação, é o racismo estrutural, é o racismo porque a maioria das pessoas são quilombolas, pretas, entendeu? Então é isso, eu acho que é uma questão mesmo de descaso e de racismo (sic).”

Se Haesbart (2003) e De Almeida (2014) discutem multiterritorialidades a partir da percepção de que os territórios se posicionam entre os ideais de funcionalidade e simbolismo, “passando também pelas questões ambientais e o recente papel do Estado enquanto gestor, controlador e mediador das demandas que emergem da sociedade civil”, é viável dizer que a Ilha de Maré possui uma multiterritorialidade rompida já que essa relação de funcionalidade e simbolismo possui um elo frágil, principalmente ao considerarmos o não cumprimento do Estado nesse papel mediante as demandas emergentes que lá possui. Pois apesar dos territórios quilombolas serem áreas protegidas por lei por se tratar de Áreas de Proteção Ambiental, é lamentável a forma com que não são respeitados. Faz-se então necessário nomear a razão pelo qual há a impossibilidade de resolutividade dos problemas encontrados, principalmente no que tange a saúde dessa população étnica específica: o **racismo institucional** é um dos, ou melhor, é o maior problema que atravessa as comunidades.

O racismo institucional é uma das razões que dificultou o reconhecimento dos territórios quilombolas desde a Constituição de 1988 e que permitiu que apenas entre os anos 2000 a 2002 houvesse o início das identificações, demarcações e titulações dos territórios quilombolas, segundo Santana Filho (2018) e segue sendo o problema que impede o avanço e proteção dos povos tradicionais até hoje. É sabido que existe o Programa de Combate ao Racismo Institucional, criado em 2003, entretanto existe uma larga diferença entre o que está disposto nas leis e decretos e o que acontece de fato nos espaços territoriais.

Entretanto, o racismo institucional, como o racismo individual, segundo Almeida (2019) é

uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não

exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica.

O conceito de saúde ampliado que foi construído durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, considera que a “alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde (BRASIL, 1986, p.4),” são condições necessárias para resultar em saúde dos sujeitos. Assim, no panorama geral dos moradores das comunidades quilombolas da Ilha, cabe o questionamento de como é possível pensar e vivenciar saúde sendo uma população que vive em constante luta para preservação de todos os itens supracitados, em que o ambiente ecológico seria a fonte da saúde e a sua deterioração, a promoção da doença.

Considerando o conceito de saúde ampliado, Gomes, Gurgel e Fernandes (2021) apontam que a “saúde está atravessada por formas de convivência coletiva, garantia de direitos, relação com a natureza e a espiritualidade” e uma das temáticas mais fortes sobre povos tradicionais e seus territórios abordadas na literatura é a ligação com a terra, no que diz respeito a natureza. Nas entrevistas, a maioria dos sujeitos fala que costuma usar as plantas como medicamentos, mas essa apropriação associada aos saberes ancestrais já não é tão forte para todos. Elza Soares contribui com sua perspectiva de mulher quilombola e de terreiro, onde, para ela, as tradições e o simbolismo estão fortalecidos devido a sua religião que protege o sagrado e permite que sua relação com o território seja o mais visceral possível, pois transcende a matéria e fortalece seu espírito.

[...] A fé no... no orixá, né? No meu... no meu... dono da minha cabeça, que é Ogum, é a fé no meu orixá me fortalece, sabe? A fé porque eu peço com fé, peço proteção... E assim me fortalece muito e eu acho que é isso. Minha religião é minha religião (Candomblé da nação Ketu). É minha fé, é o que me fortalece. Quando as pessoas vem falar comigo, as pessoas evangélicas que são radicais, né? Que tem os radicais, né? Eu digo não, eu não vou pra o terreiro pra buscar melhoria de vida, enriquecer nem nada disso. Eu vou pra fortalecer minha identidade, fortalecer a identidade da minha família, fortalecer meus ancestrais que lutaram e que a gente está viva aqui. Que todo mundo devia ter esse respeito, porque assim... O que os nossos ancestrais sofreram pra gente hoje estar no lugar que a gente está, tinha que ser... Se

todo mundo reconhecesse ou então a maioria das pessoas, a gente era outro com certeza porque era a gente vivia, né? Os nossos ancestrais, viviam em irmandade, era um ajudando o outro sempre, né? Então, a religião fortalece, a religião realmente fortalece. E eu mesmo quando eu vou pro terreiro eu venho fortalecida. Basta botar o pé dentro do terreiro que tudo se transforma, parece que eu estou em outro lugar, sabe? Eu venho fortalecida. [...] Se a gente não tiver uma relação de amor com a nossa vida, com a nossa ancestralidade, com o nosso... com a nossa terra, com tudo isso... A gente vai permitir que as pessoas realmente destruam o meio ambiente e não vai fazer nada pra que isso seja preservado, entendeu? (Entrevista cedida por Elza Soares, mor. da comunidade de Praia Grande, 60 anos, junho, 2021).

Já Zumbi, relata não ser de religião de matriz africana e incorpora o uso das plantas medicinais, alegando que o conhecimento medicinal foi passado para seus filhos:

Essa origem [sobre o uso das plantas medicinais] tem aqui. Meus filhos tudo sabe. Se está sentindo uma dor de barriga ela sabe o que é que vai fazer. [...] Toma remédio e toma remédio caseiro, vai pra médico, a maioria das mães leva os médico, né? Mas muito já sabe, já toma remédio caseiro. Não conheço todas as plantas por nome. Eu conheço as plantas, agora por nome não, as vezes não. [...] Eu sou um católico não praticante, porque o praticante está lá direto na igreja e eu não estou. Então eu me considero um católico, agora, não aquele católico praticante como tem muitos aí que é ali ó... Do dia a dia. (Entrevista cedida por Zumbi dos Palmares, mor. da comunidade de Porto dos Cavalos, 63 anos, junho, 2021).

Esses relatos dialogam intrinsecamente com o que Xavier (2018, p.26) aborda ao falar sobre a forma com que os quilombos contemporâneos estão conectados a um processo histórico, ideológico político e cultural complexo, que norteia as práticas culturais e que são atravessados pela memória coletiva, que de uma certa forma corrobora com manutenção de tradições por meio de valores e princípios presentes nas famílias em relação à educação de seus filhos e nas práticas culturais vinculadas ao trabalho, ao meio ambiente, ao lúdico e crenças religiosas. Entretanto, à medida em que o neoliberalismo avançou na sociedade atual juntamente com o racismo, os costumes ancestrais se dissiparam e deram margem ao preconceito enraizado para com as tradições. O que era sagrado, a relação com a terra, natureza e seus bens naturais, se torna marginalizado pelos próprios povos. É uma tendência preponderante não apenas nos quilombos de Ilha de Maré, como em todos os espaços de pessoas negras. Isso fica subentendido quando se faz o questionamento sobre as tradições.

Minha vó mesmo fala quando a gente está com uma dor de barriga ou qualquer coisa: “não tome tanto remédio assim”, tipo artificial, né? Não é artificial. Mas tem folha de... Tem várias folhas medicinais que pode curar uma dor de cabeça, essas situações. Aí tem a questão da culinária, moqueca, sabe? Essas coisas poderia ser passado melhor. É... Ter na comunidade um

ensinamento assim das coisas, falar sobre isso com a comunidade. Mas eu só falo em respeito do que minha vó sempre falou pra gente,[...] aí antigamente quando faltava energia que as histórias vinham. Aí era a história do arco da velha, a gente sabia de todas as coisas assim, sabe? Mas ultimamente... Num... Num tô vendo que vai ter essa situação pra explicar as crianças o que era e o que não era, entendeu? E os avós também... Aqui também não tem tanta gente velha assim, aí... tipo pai de fulano que tem quarenta e cinco anos não tem uma conversa assim com as crianças. (Entrevista cedida por Carolina de Jesus, mor. da comunidade de Martelo, 30 anos, junho, 2021).

A consciência de que vivem em um local que tem se tornado insalubre assola os moradores dos territórios quilombolas. Vai muito além dos impactos subjetivos do racismo em que a percepção varia de acordo com a vivência e consciência racial de cada um, entretanto, a compreensão de que os derramamentos de óleo e vazamentos de gases vêm comprometendo a saúde a longo prazo é notória na fala de todos. Nem todos os entrevistados fazem a relação consciente e direta entre o descaso vivenciado com o racismo e tampouco conseguem correlacionar que a saúde também depende que todos os determinantes sociais estejam em harmonia. E esse desconhecimento endossa as dúvidas acerca de seus próprios posicionamentos políticos mas, ao mesmo tempo, não os impede de perceber os efeitos da desarmonia ambiental em sua saúde.

O racismo gera complicações sociais diretas na vida da população negra de todo o mundo. Os grupos pertencentes as comunidades tradicionais brasileiras sofrem ainda mais com a invisibilidade de suas vivências e portanto, necessitam de políticas públicas e, principalmente, de ações reais que viabilizem suas existências a partir de suas especificidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como intuito evidenciar a percepção de alguns dos moradores das comunidades quilombolas da Ilha de Maré, localizada em Salvador, acerca dos impactos ambientais negativos vivenciados nos territórios.

Cabe colocar algumas limitações e conflitos existentes nas comunidades visitadas e outros que surgiram durante a narrativa de alguns sujeitos. As entrevistas foram coletadas durante o período pandêmico em que as idas ao espaço quilombola estavam ocorrendo de forma limitada. Foi possível perceber a mudança no território com a inserção ferrenha do tráfico de drogas durante esse período, em que uma facção adentrou e tomou conta da Ilha de Maré. As paredes de várias casas estavam pichadas com nome de facção e muitos jovens foram cooptados pelo tráfico.

Além disso, existe um conflito político muito grande entre os moradores das comunidades e que diz respeito a liderança quilombola. Os entrevistados estavam eufóricos com a possibilidade de desabafar seus descontentamentos no que tange a gestão e quando eram questionados sobre o cenário ambiental da comunidade eles relatavam os embates causados em relação a isso. As divergências são tão expressivas que é perceptível a tensão no território e os olhares das pessoas ao redor que presenciavam a abordagem para as entrevistas. Os entrevistados relataram que as pessoas não se falavam mais com próprios familiares devido a esses conflitos e discordâncias, portanto, não se trata de um espaço territorial neutro e tranquilo.

Mediante as narrativas coletadas, percebe-se que os quilombolas das comunidades valorizam o território que possuem no que tange a potencialidade das terras enquanto bem natural, pois reconhecem que é de lá que tiram a sua existência, bem como o seu sustento. Essa relação passa a ser prejudicada quando surgem os derramamentos de óleo e explosões que os afetam diretamente, mudando totalmente a dinâmica que esses sujeitos têm dentro de suas multiterritorialidades.

Os dados resultantes do estudo, têm como potencial reverberar a ausência de saneamento básico na região, os latentes danos causados pela presença das

indústrias do entorno da Ilha de Maré, bem como evidenciar que as pessoas das comunidades quilombolas estão cada vez mais conscientes das consequências geradas pelas explosões e derramamentos de óleos a curto e longo prazo. A curto prazo, podemos observar que há um impacto direto na fonte de renda das marisqueiras e pescadores, bem como na alimentação do dia a dia dos moradores da ilha. E a longo prazo, existe a diminuição de espécies da fauna e flora, os malefícios à saúde dos quilombolas que põe em risco as suas existências, o impacto ambiental da fauna e flora local que atinge não somente a fonte de trabalho e renda dessas pessoas mas até mesmo os costumes e práticas alimentares e também a invisibilidade do território mediante a escassez dos recursos extraídos pelas empresas, já que elas não investem capital nos territórios.

O que é possível concluir com a pesquisa é que o fatídico elemento que se torna ponto chave da discussão do racismo ambiental vivenciado pelas comunidades, é o racismo institucional. A Ilha de Maré, de acordo com a literatura e principalmente baseado no ponto de vista dos entrevistados, é um bairro que parece não ser pertencente a nenhum território. Não tem amparo da prefeitura de Salvador, do governo do Estado da Bahia e tampouco da esfera federal. Sofre da ausência da ação do Estado, mas também da exploração e do descaso de empresas privadas, que por competência do sistema capitalista, não se sente obrigada a reparar os danos e tampouco precavê-los. O fato de se tratar de um espaço territorial construído por remanescentes de quilombolas e habitado por pessoas negras é um marcador potencial para isso. A população que lá habita, segue órfã de acessibilidade, lazer, dignidade, liberdade e principalmente de condições plenas de saúde para existir.

Para concluir, importante ressaltar que esse trabalho não tem como intuito descrever a vivência e ponto de vista de todos os moradores das comunidades da Ilha de Maré, mas sim destacar e viabilizar o posicionamento de sujeitos quilombolas que vivenciam as inúmeras violências acerca do território, a partir de um olhar racializado. É sabido que as produções científicas sobre a temática não devem se esvaír e que é preciso exponenciar ao máximo as vivências, estratégias e movimentos de resistência adotados pela população da Ilha de Maré em sua pluralidade, com o intuito de endossar e contribuir para a concretização de políticas e ações de proteção para com o território.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **O antiambientalismo de resultados**. A Terra é Redonda, 18 set. 2020. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/o-antiambientalismo-deresultados/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=o-antiambientalismo-deresultados&utm_term=2020-09-19. Acesso em: 28 mar. 2023.
- ALMEIDA, D.S. **Justiça ambiental e racismo ambiental no Brasil**. Monografia do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC). Rio de Janeiro–RJ, 2016. Acesso em: 11 jun. 2020. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/29622/29622.PDF>
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ARRUTI, J.M.A **A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas**. Mana, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, Oct. 1997. Acesso em: 28 Jan. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001&lng=en&nrm=iso>
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.
- BARROS, A. M. V.; CAÚLA, B.Q. **Tributos verdes aplicados no caso concreto: Requisitos de atendimento aos critérios do ICMS no estado do Ceará** In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; LEAL, César Barros. Direitos humanos e meio ambiente. [s.l.: s.n.], 2017.
- BARROS, M. de. Da Ancestralidade ao Futuro. Riscos de Destruição das matrizes Culturais para Futuras Gerações. Alternativas de Superação, pag. 39. *In: Negro/a, quilombola, religioso/a de matriz africana: racismo, preconceito, intolerância e discriminação nas relações de trabalho, produção e consumo.* / Edelamare Melo (organizadora) – Belo Horizonte: RTM, 2019.
- BISPO, B. **O papel dos estudos oceanográficos na gestão de conflitos da Zona Costeira: O caso das comunidades da Ilha de Maré, Baía de Todos os Santos, Bahia**. 2019.
- BOTELHO, P.F. **O segredo das folhas e os rituais de cura na tradição afrobrasileira**. VI ENECULT, 2010. Disponível em:

<<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24807.pdf>> Acesso em: 30 Jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Dispõe sobre regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos d. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. **Relatório da 8ª conferência nacional de saúde.** Brasília, DF, mar. 1986.

BRASIL. SNIS. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento:**24º

Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos –2019. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento.

CASTELLUCCI J., BARRETO. W. V.Q **Uma lei para os libertos: recrutamentos e território quilombola no Recôncavo da Bahia, 1800-1860.** Mundos do Trabalho,

Florianópolis, v. 11, p. 1-27, nov. 2019. ISSN 1984-9222. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e66922/41144>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

doi:<https://doi.org/10.5007/1984-9222.2019.e66922>.

CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. Revista Alterjor, v. 18, n. 2, p. 201-214, 6 jul. 2018.

<<http://www.periodicos.usp.br/alterjor/article/view/144688/>> Acesso em: 05 de jun. de 2020.

COSTA, D. B DE AZEVEDO, U.C **Senzalas the Slum: Where To Live The Population Brazilian.** p. 10, 2016.

DA ROCHA, G.O. et al. **Contaminação na baía de Todos os Santos.** Revista Virtual de Química, v. 4, n. 5, p. 583-610, 2012. Disponível em:

<<http://static.sites.sbgq.org.br/rvq.sbgq.org.br/pdf/v4n5a07.pdf/>> Acesso em: 18 de jun. 2019

DA SILVA, J. **Direitos Civis e Relações Raciais no Brasil.** Luam, 1994.

DA SILVA, S.R.. Quilombos no Brasil: A memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. 1998. *In:* LOMBA, R.M. et al. **Conflito, territorialidade e desenvolvimento:** Algumas reflexões sobre o campo amapaense. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

DE ALMEIDA, D. R. O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à

Multiterritorialidade. Revista Formadores, v. 7, n. 1, p. 74-77, 2014.

DE AVELAR TEIXEIRA, Angélica Cristiny Ezequiel; COSTA, Beatriz Souza. Sociedades tradicionais, desenvolvimento econômico e meio ambiente: reflexões para a sustentabilidade como valor constitucional. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 145-167, 2018.

DE OLIVEIRA, Leandro Dias. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD-1992 (ECO-92): entre o local e o global, a tensão e a celebração. **Revista de Geopolítica**, v. 2, n. 1, p. 43-56, 2016. Disponível em:

<<http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/21/21>>

Acesso em: 27 ago. 2020.

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África Negra: Esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica**. Edições Pedagogo, 2014.

ESCUADERO S.V. **Urbanização (In)sustentável em Ilha de Maré**: Estudo de Caso da vila de Santana. 2011. Disponível em:

[http://www.costeiros.ufba.br/Semin%C3%A1rio/Eixo%20/ESCUADERO,S.V_Urbaniza%C3%A7%C3%A3o%20\(In\)Sustent%C3%A1vel%20em%20Ilha%20de%20Mar%C3%A9_Estudo%20de%20caso%20de%20vila%20de%20Santana.pdf](http://www.costeiros.ufba.br/Semin%C3%A1rio/Eixo%20/ESCUADERO,S.V_Urbaniza%C3%A7%C3%A3o%20(In)Sustent%C3%A1vel%20em%20Ilha%20de%20Mar%C3%A9_Estudo%20de%20caso%20de%20vila%20de%20Santana.pdf) Acesso em:

17 de nov. 2018

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. SciELO-EDUFBA, 2008.

Fátima Cristina Cunha Maia et al. A Luta das Pescadoras Artesanais da Ilha de Maré em Defesa do seu Território. Revista ANTHROPOLÓGICAS, p. 111.

Feira de São Joaquim em Salvador Bahia. **Feira de São Joaquim.com**. Disponível em: <<https://feiradesaojoaquim.com/>>. Acesso em: 24 de out. 2023.

FERREIRA, S. R.B. **Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce**. In: Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 267-307, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/33443644/Marcas_da_colonialidade_do_poder_no_conflito_entre_a_mineradora_Samarco_os_povos_origin%C3%A1rios_e_comunidades_tradicionais_do_Rio_Doce>

es tradicionais do Rio Doce 1> Acesso em: 30 Jun. 2020.

FIOCRUZ, 2018. BA – **Comunidade da Ilha da Maré luta para afirmar identidade, titular territórios quilombolas e combater práticas de racismo e degradação ambiental**. Disponível em: </http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ba-comunidade-da-ilha-da-mare-com-apoio-de-movimentos-sociais-e-entidades-publicas-luta-para-afirmar-identidade-titular-territorios-quilombolas-e-combater-praticas-de-racismo-e-degradacao-ambient/>Acesso em: 17 de nov. 2018

FREITAS, C.M. de. **Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 8, p. 137-150, 2003.

FUINI, L. L.. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22589/pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

FUNARI, P.P.A.; DE CARVALHO, A.V. **Palmares, ontem e hoje**. Zahar, 2005.

CLIFFORD, G.. A interpretação das culturas. **Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora**, 1978.

GODOY, A.S. **Pesquisa qualitativa: Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995

GOMES, Wanessa da Silva, GURGEL, Idê Gomes Dantas ; FERNANDES, Saulo Luders. **Saúde quilombola: percepções em saúde em um quilombo do agreste de Pernambuco/Brasil . Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 3, p. e190624, 2021.

Disponível em:

,/https://www.scielo.br/j/sausoc/a/VcW4CbjbzFGxkFckG4Xs68H/?lang=pt&format=html#,> Acesso em: 01 Ago. 2023.

GROSGOQUEL, R.. **La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos**. Formas-Otras: Saber, nombrar, narrar, hacer, p. 97-108, 2011.

Disponível em:

<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Ramon%20Grosfoguel%20CIDOB_2011.PDF> Acesso em: 05 Jul. 2020.

GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patricia. **Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental.** Administração de Empresas em Revista, [S.l.], v. 1, n. 7, p. 65-79, dez. 2012. ISSN 2316-7548. Disponível em: <<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/466/356>>. Acesso em: 09 out. 2023.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Boletim Gaúcho de Geografia, v. 29, n. 1, 2003.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERCULANO, S. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental.** Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente, v. 3, n. 1, p. 01-20, 2008. Disponível em: http://journaldatabase.info/articles/clamor_por_justica_ambiental_contra.html. Acesso em: 10 de jun. 2020.

HERNÁNDEZ, S.M. . **Colonialismo, racismo ambiental y pueblo mapuche.** In: Anales de la Universidad de Chile. 2019. p. 267-282. Disponível em: <<https://anales.uchile.cl/index.php/ANUC/article/view/54733>>. Acesso em: 03 Jun. 2020.

HOFFMAM, F.; DE MORAIS, J. L. B.; SALDANHA, J. M. L.. **O Estado Constitucional Contemporâneo Face Ao Modelo Político-Econômico Neoliberal:** Pela Garantia Dos Direitos Humanos. Revista Jurídica (FURB), v. 22, n. 48, p. 7600, 2018. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/7600> .Acesso em: 06 de jun. 2020.

JOVCHELOVITCH S, BAUER MW. **Entrevista Narrativa.** In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002. p.90-113.

LACERDA, R. DOS S.; SILVA, G. M. DA. **Territorialidades, saúde e ambiente:: conexões, saberes e práticas quilombolas em Sergipe, Brasil.** Sustentabilidade em Debate, v. 9, n. 1, p. 107 - 120, 30 abr. 2018. Disponível em: <

<https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/16702>>. Acesso em: 29 Jun. 2020.

LASCHEFSKI, K.A; ZHOURI, A.. **Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente a" questão territorial" e o novo desenvolvimentismo no Brasil**. Terra Livre, v. 1, n. 52, p. 278-322, 2019. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/1552>> Acesso em: 05 Jun. 2020

LEFF, E. 2002. **Epistemologia Ambiental**. 3ª ed., São Paulo, Cortez, 240 p.

LITTLE, P. E. **Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização**. Textos de história, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.

LIMA, M.; DE ASSIS MACHADO, M.R; NERIS, N. **Racismo e insulto racial na sociedade Brasileira**. Novos Estudos - CEBRAP, v. 35, n. 03, p. 10–29, 2016. . Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/02/file_1645.pdf> Acesso em: 18 abr. 2019.

Manifesto quilombola – Série especial Na raça e na cor. **Conaq**. 22 de mai. 2017. Disponível em: <<http://conaq.org.br/noticias/manifesto-quilombola-serie-especial-na-raca-e-na-cor/>> Acesso em: 06 Jul. 2020.

MARQUES, C.E.; GOMES, L. **A constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades: limits and potentialities**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 28, n. 81, p. 137-153, Feb. 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Jan. 2020.

MARTINS, AA; DA SILVA LAURINDO, J. **A participação de população tradicional quilombola como medida conservacionista de áreas de proteção ambiental (APA's)**. **Revista de Direitos Difusos**, v. 71, n. 1, p. 155-183, 2019. Disponível em: <http://ibap.emnuvens.com.br/rdd/article/view/167> Acesso em: 05 Jun. 2020.

MARTINS, Rafael. Ilha de Maré: sete décadas de racismo ambiental em Salvador. **Mongabay**, 24 Janeiro 2023. Disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2023/01/ilha-de-mare-sete-decadas-de-racismo-ambiental-em-salvador/#>>. Acesso em: 01 Ago. 2023.

- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11a ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.
- MOORE, C. W. **Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Mazza, 2007.
- MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MOREIRA, Déborah Luíza et al. **Território, luta e educação**: dimensões pulsantes nos enfrentamentos dos conflitos socioambientais mapeados no Quilombo de Mata Cavallo. 2017. Disponível em: < <http://ri.ufmt.br/handle/1/1993> >. Acesso em: 06 Jul. 2020.
- MUNANGA, K. (1996). **Origem** e histórico do quilombo na África. Revista USP, (28), 56-63. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364/30222>> Acesso em: 19 dez. 2019.
- NASCIMENTO, A. **O Negro Revoltado**. Organização e Apresentação de Abdias do Nascimento. 2º Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**, 2ª ed. Brasília/ Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/ OR Produtor Editor, 2002.
- NJERI, A. **Vamos falar sobre Mulherismo Africana?**. São Paulo: Alma Preta, 2020
Acesso em: 10 jun. 2020. Disponível em: <<https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/vamos-falar-sobre-mulherismo-africana/>>
- OLIVEIRA, D. C.; SANTANA, V. C.; MEIRA, T. A. V.. **Desenvolvimento Capitalista: um debate sobre a relação centro-periferia** Desarrollo Capitalista: un debate sobre la relación centro-periferia. Lecturas Educación Física y Deportes (Buenos Aires) , v. 177, p. 1, 2013. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd177/desenvolvimento-capitalista-a-relacao-centro-periferia.htm> Acesso em: 10 Jun.2020.
- OLIVEIRA, F. **Saúde da população negra**: Brasil, ano 2001. 1a ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde: Secretaria

Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2002. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0081.pdf>> Acesso em: 18 abr. 2019.

OLIVEIRA, F. B. **Quilombos Brasileiros: Resistência, repressão e consolidação**. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: Cultura, sociedade e poder, IV, 2014. Universidade Federal de Goiás. *Anais Eletrônicos...* disponível em: <<https://silo.tips/download/quilombos-brasileiros-resistencia-repressao-e-consolidacao>> Acesso em 23 de abril de 2019.

OLIVEIRA, L.D. de. **A construção do desenvolvimento sustentável sob a égide do neoliberalismo**: um estudo sobre a economia política da crise ambiental. 5.º Colóquio Internacional Marx e Engels, v. 1, 2007.

PAIM, Márcia Regina da Silva. Do Sete a São Joaquim: O Cotidiano de “Mulheres de Saia” e Homens em Feiras Soteropolitanas (1964–1973). **Salvador: Dissertação de Mestrado em História, FFCH/UFBA**, 2005. Disponível em: <https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/8_do_sete_a_sao_joaquim_o_cotidiano_de_mulheres_de_saia_e_homens_feirantes_em_feiras_soteropolitanas_1964-1973.pdf> Acesso em: 23 de novembro de 2023.

PROCHNOW, A. G.; LEITE, J.L.; ERDMANN, A. L.. Teoria interpretativa de Geertz e a gerência do cuidado: visualizando a prática social do enfermeiro. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 4, p. 583-590, 2005.

PINA, R. **Vazamento de óleo contamina a Baía de Todos os Santos, denunciam os quilombolas. Brasil de Fato**. 12 jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2t5HvyL>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

PORTO, M.F; PACHECO, T.; LEROY, J.P. (Ed.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2013.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. Revista Brasileira de Economia, n.3, p.47-109. 1949

QUEIROZ, Letícia. **Mulheres quilombolas integram equipe de transição do governo Lula**. CONAQ, 2022. Disponível em: <<https://conaq.org.br/noticias/mulheres-quilombolas-integram-equipe-de-transicao-do>>

[governo-lula/](#)>. Acesso em: 19 Fev. 2023

ROCHA, J.A. **Quilombo São José da Serra: o etnoconhecimento na perspectiva socioambiental**. 2014. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Disponível em:

http://www.nuredam.com.br/files/publicacoes/teses/TESE_Joyce_versao_final_01-09-2014-1.pdf Acesso em: 06 Jul. 2020.

RODRIGUES, M.. **Breves considerações sobre candomblé na Ilha de Maré– Salvador: entre fios de memória**. C@ lea: Cadernos de Aula do LEA, v. 1, n. 1, p. 61-72, 2012. Disponível em:

<http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev1_artigo5.pdf> Acesso em: 30 Jun. 2020

SANTANA FILHO, D. M. **A Geopolítica do Estado e o Território Quilombola no Século XXI**. Paco Editorial, 2018.

SANTOS, M. **Espacio y metodo**. São Paulo: Nobel, 1985. Disponível em: <[geocritica65 \(ub.edu\)](#)> Acesso em: 05 de mar. 2020.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978

SAQUET, M.A; DA SILVA, Sueli Santos. **Milton Santos: Concepções de geografia, espaço e território**. GeoUerj, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SILVA, Fátima Cristina Cunha Maia et al. A Luta das Pescadoras Artesanais da Ilha de Maré em Defesa do seu Território. **revista ANTHROPOLÓGICAS**, p. 111-136, 2021. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/viewFile/248415/38615/>> Acesso em: 14. de mai. 2022.

SILVA, Gilvania. Quilombolas: desigualdades e perspectivas no novo governo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 de janeiro de 2023. Desigualdades. Disponível em: <<https://folha.com/7bvwclxj>> Acesso em: 02 de Ago. 2023.

SILVA, L. H. P. **Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro**. e-cadernos ces, n. 17, 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1123>> Acesso em: 08 de Jul. 2020.

SOUZA, Lucas Barreto de et al. **A vida dos artefatos: arte/artesanato de palha na Feira de São Joaquim, Salvador, Bahia. 2020.** Acesso em: 23 de novembro de 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35276/>>

VALLEJO, Ivette; ZAMORA, Giannina; SACHER, William. **Despojo (s), segregación social del espacio y territorios de resistencia en América Latina Presentación del dossier.** Íconos. Revista de Ciencias Sociales, n. 64, p. 11-32, 2019. Disponível em: <<https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/3695>> Acesso em: 08 Jul. 2020.

WERNECK, J. et al. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual.** Geledés– Instituto da Mulher Negra. São Paulo: Trama Design, 2013.

XAVIER, A. G. **Análise da Hidrodinâmica da Baía de Todos os Santos.** 2002. 221 f. Tese (Doutorado em Ciências em Engenharia Oceânica) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Acesso em 19 de jun. 2019.

XAVIER, G.S.. **Mulheres do Quilombo: Identidade Étnica, Gênero e Educação na Comunidade Porto dos Cavalos–Ilha de Maré/Bahia.** 2018. Disponível em: <<http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/914/1/Dissertacao%20de%20Mestrado%20de%20Girleide%20Xavier.pdf>> Acesso em: 03 Jun, 2020.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecimento

Prezada (o),

Você está sendo convidado (a) a participar como informante-chave da pesquisa intitulada **“PERSPECTIVA RACIALIZADA SOBRE A CONSEQUÊNCIA DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA SAÚDE DE ILHA DE MARÉ: Sentidos e estratégias de resistência no território quilombola”**, realizada pelas pesquisadoras Ludmila de Neres Souza e Leny Bomfim Trad. **O objetivo do estudo é analisar como as comunidades quilombolas de Ilha de Maré entendem e resistem aos problemas ambientais do território a partir da perspectiva racial.**

Para confirmar a sua participação é preciso que você leia e assine a este termo. Todas as páginas serão assinadas conforme solicita a Resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/2012. Sua decisão em participar é voluntária e você pode se recusar a participar ou desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou danos. Sua participação não envolverá benefício direto, bem como não haverá despesas ou retorno financeiro. Caso concorde em participar, sua identidade permanecerá em sigilo, a menos que você solicite a divulgação de seu nome.

O possível risco desta pesquisa poderá estar relacionado a constrangimento, cansaço e/ou sensibilização por conta de alguma pergunta, mas você poderá se recusar a responder ou pausar sem nenhuma consequência e sem qualquer justificativa. Os possíveis benefícios estão relacionados a oferecer elementos para fortalecer a luta pela proteção do território frente as repercussões na vida e saúde da comunidade por causa dos problemas ambientais, além de endossar as denúncias já expostas pela comunidade.

É importante ressaltar que apesar das entrevistas serem realizadas presencialmente durante a pandemia do novo Corona Vírus (COVID-19), a pesquisadora adotará todas as medidas de cuidado recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que preconiza o uso de máscaras, distanciamento social de no mínimo um metro e meio entre a pesquisadora e seus entrevistados, além disso, será levado álcool gel 70 para higienização de mãos e materiais utilizados durante as

entrevistas (gravador, caneta...). Caso alguém estiver resfriado ou não estiver se sentindo fisicamente bem, não será entrevistado (a). Será evitado entrevistas com pessoas de idosas a fim de resguardá-los, já que são grupo de risco.

A entrevista terá uma duração de 45 – 60 minutos, será gravada com uso de um aparelho portátil e você poderá ouvir depois para verificar ou corrigir as falas. Durante a entrevista também farei anotações, caso pertinente. Os resultados desta pesquisa serão utilizados para fins acadêmicos e ficarão armazenadas durante 5 anos comigo. E deverão ser publicados em revistas científicas e outros materiais relacionados.

Esse termo foi elaborado em cumprimento às exigências contidas na resolução 466/12 e será garantido ao participante da pesquisa o recebimento de uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

Desde já agradecemos à sua disponibilidade em participar voluntariamente desta pesquisa.

Para qualquer outro esclarecimento, você poderá entrar em contato conosco (pesquisadores) pelos telefones: Ludmila: (71) 99207-2643; e Leny: (71) 99977-4408; ou por e-mail: fonoluds@gmail.com.br; lenytrad@yahoo.com.br. O meu endereço: Rua Basílio da Gama, s/nº Campus Universitário Canela. Cep: 40.110-040, Salvador/BA

Nestes termos, eu, _____, declaro estar ciente de que entendo os objetivos e condições de participação na pesquisa sobre a **“PERSPECTIVA RACIALIZADA SOBRE A CONSEQUÊNCIA DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA SAÚDE DE ILHA DE MARÉ: Sentidos e estratégias de resistência no território quilombola”**, e aceita participar da mesma.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi avaliado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. O CEP é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Endereço do CEP do Instituto de Saúde Coletiva (ISC)/ UFBA), Rua Basílio Gama, s/n, 2º andar, Campus Universitário Canela, CEP: 44110040, Salvador-Bahia; telefone: (71)32837419; e-mail: cepisc@ufba.br; Horário de funcionamento: 2ª a 6ª feira, das 10 às 12h e 13 às 16h.

() Autorizo a identificação de meu nome nas publicações resultantes da referida pesquisa.

() Não autorizo a identificação do meu nome

Assinatura do participante: _____

Assinatura do entrevistador: _____

Data: ____/____/____

Local: _____

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ELABORADO EM DUAS VIAS;
UMA FICARÁ COM O PARTICIPANTE E OUTRA COM O PESQUISADOR

APÊNDICE B – Perguntas disparadoras

- O que o território de Ilha de Maré significa para você?
- Você acha que existe problema ambiental aqui? Quais são?
- Você se sente discriminado por morar na comunidade quilombola? Que discriminação é essa? Isso interfere na forma em que tratam o meio ambiente em que vocês vivem?
- Os problemas ambientais prejudicam a saúde de vocês? E a discriminação?
- Como vocês enfrentam esses problemas? Vocês se organizam?